



Cristiana Regina Ferreira de Aguiar Pondé

**Os precursores intersubjetivos do símbolo
no processo de constituição subjetiva**

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-graduação em Psicologia Clínica do Departamento de Psicologia da PUC-Rio.

Orientador: Prof. Octávio Souza

Rio de Janeiro
Janeiro de 2007



Cristiana Regina Ferreira de Aguiar Pondé

**Os precursores intersubjetivos do símbolo
no processo de constituição subjetiva**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica do Departamento de Psicologia do Centro de Teologia e Ciências Humanas da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

Prof^o. Octávio Almeida de Souza
Orientador

Departamento de Psicologia - PUC-Rio

Prof^a. Carolina Lampreia

Departamento de Psicologia- PUC-Rio

Prof^o. Jeremias Ferraz Lima

Instituto de Psiquiatria - UFRJ

Prof. Paulo Fernando Carneiro de Andrade

Coordenador Setorial de Pós-Graduação
e Pesquisa do Centro de Teologia
e Ciências Humanas – PUC-Rio

Rio de Janeiro, / /2007

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, da autora e do orientador.

Cristiana Regina Ferreira de Aguiar Pondé

Graduou-se em Psicologia na PUC-RJ (Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro) em 1995. Especializou-se em Saúde mental da criança e do adolescente pelo Instituto de Psiquiatria da UFRJ em 1997. Participou da primeira turma do Curso de especialização em Psicologia Oncológica, atuando no CEMO (Centro de Transplante de medula óssea) no INCA em 2003. É membro associado da SPCRJ (Sociedade de Psicanálise da Cidade do Rio de Janeiro).

Ficha Catalográfica

Pondé, Cristiana Regina Ferreira de Aguiar

Os precursores intersubjetivos do símbolo no processo de constituição subjetiva / Cristiana Regina Ferreira de Aguiar Pondé ; orientador: Octávio Souza. – 2007.

92 f. ; 30 cm

Dissertação (Mestrado em Psicologia)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

Inclui bibliografia

1. Psicologia – Teses. 2. Simbolismo. 3. Relações de objeto. 4. Posição depressiva. 5. Fronteiras psíquicas. 6. Intersubjetividade primária e secundária. 7. Sintonia do afeto. 8. Atenção compartilhada. I. Souza, Octávio. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Psicologia. III. Título.

CDD:150

Agradecimentos:

Ao meu orientador Prof. Octavio Souza pelas aulas instigantes, a qualidade dos encontros e intervenções precisas.

Ao CNPq e à PUC-Rio, pelos auxílios concedidos, sem os quais este trabalho não poderia ser realizado.

Ao Eduardo, pelo companheirismo, apoio e incentivo de sempre.

Ao meu analista, porto seguro e presença viva em todas as realizações da minha vida.

Aos meus pais, pelo carinho incondicional.

Aos professores que participaram da Comissão examinadora, pela disponibilidade e inestimáveis contribuições.

A todos os professores e funcionários do Departamento pelos ensinamentos e ajuda.

Resumo:

Pondé, Cristiana Regina Ferreira de Aguiar; Souza, Octavio. **Os precursores intersubjetivos do símbolo no processo de constituição subjetiva.** Rio de Janeiro, 2007. 92p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

A função simbólica é o aspecto que distingue o mundo humano do mundo animal. A origem do pensar e de todo funcionamento psíquico está no processo de transformação das experiências sensoriais e emocionais, que dominam o início da vida, em símbolos. O símbolo é a unidade elementar que forma o tecido da fantasia e estabelece a relação com o mundo de significados compartilhados. Seus precursores encontram-se nas experiências intersubjetivas iniciais de sintonia afetiva, emergência do senso de eu e de outro e atenção compartilhada, que permitem a constituição das fronteiras psíquicas, fundamentais para o desenvolvimento da capacidade de simbolizar.

Palavras-chave

Simbolismo, relações de objeto, posição depressiva, fronteiras psíquicas, intersubjetividade primária e secundária, sintonia do afeto e atenção compartilhada.

Abstract

Pondé, Cristiana Regina Ferreira de Aguiar; Souza, Octavio (Advisor). **The intersubjectives precursors of symbol in the subjective constitution process.** Rio de Janeiro, 2007, 92p. MSc. Dissertation – Departamento de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

The symbolic function is the aspect that makes the difference between the animal world and the human world. The origins of thinking and of psychic functioning are in the process of transforming the sensory and emotional experiences that dominate early life, into symbols. The symbol is the elementary unit that constructs the base of fantasy and permits the child's entry into the social/cultural world. Their precursors are in the early intersubjective experiences of affective engagement, the emergence of "self-and-other" awareness and attention sharing that permit the construction of psychic frontiers, which are the foundations for the development of the symbolic capacity.

Keywords

Symbolism; object relationships; depressive position; psychic frontiers; primary and secondary intersubjectivity; affective engagement; attention sharing.

SUMÁRIO:

Introdução.	8
1. O simbolismo em Freud e Jones.	12
1.1. As formas simbólicas.	17
1.2. O simbolismo e o conceito de representação em Freud.	23
1.3. Os símbolos e as fantasias inconscientes.	29
2. O símbolo no desenvolvimento emocional primitivo – a perspectiva kleiniana.	33
2.1. Os símbolos e as equações simbólicas.	39
2.2. Objetos transicionais versus objetos-sensação.	43
2.3. A constituição das fronteiras psíquicas.	49
2.4. Transformando experiências sensoriais e emocionais em símbolos: a função alfa.	54
3. Os precursores sócio-afetivos do símbolo.	61
3.1. Os bebês como seres “ultra-sociais”.	63
3.2. A emergência do senso de eu na díade mãe-bebê.	66
3.3. A sintonia do afeto, precursora privilegiada do símbolo.	75
3.4. A atenção compartilhada e a comunicação intencional.	77
Conclusão.	85
Referências Bibliográficas.	89

Introdução:

Esta pesquisa visa à análise dos precursores intersubjetivos da capacidade de simbolização, a partir de um diálogo entre as perspectivas psicanalítica e da psicologia do desenvolvimento. A função simbólica é o aspecto que distingue o mundo humano do mundo animal. A origem do pensar e de todo funcionamento psíquico está no processo de transformação das impressões sensoriais e emocionais, que dominam o início da vida, em símbolos. Este processo de transformação tem como precursores as experiências intersubjetivas iniciais que permitem a constituição das fronteiras psíquicas sobre as quais se realizará o uso de símbolos. O simbolismo é compreendido como função de um ego diferenciado do ambiente.

A hipótese fundamental consiste em que, no início da vida, há um potencial inato para a intersubjetividade. O processo de desenvolvimento da capacidade de simbolização só pode ocorrer no contexto das relações intersubjetivas iniciais, desde que a dupla mãe (ou quem exerça a função materna) e bebê funcione de forma afetivamente engajada. Desencontros freqüentes ocorridos nas interações sócio-afetivas iniciais acarretam inibições e distorções no uso de símbolos. O acesso ao símbolo representa o processo e o produto, simultaneamente, de uma constituição subjetiva (ou “nascimento psicológico”, ou emergência do senso de “eu subjetivo”) a partir de um contexto intersubjetivo.

O interesse pelo tema teve origem em algumas inquietações vividas na prática clínica com crianças e adultos a partir da observação de “atuações” no *setting* analítico. Alguns pacientes chegam ao consultório portando angústias primitivas e não simbolizadas e parecem lidar com a dor mental e o conflito psíquico

não-reconhecidos de forma concreta e no âmbito do corpo. A escassez dos recursos de simbolização em crianças, por exemplo, frequentemente se apresenta por uma inibição da fala, do brincar ou dos jogos simbólicos e acarretam uma intensificação das atuações e “descargas” motoras. Estas formas de expressão, por serem ineficazes na contenção e elaboração das angústias, geram problemas secundários nas interações pessoais e desempenho cognitivo destes sujeitos.

A partir de S. Freud e E. Jones, procura-se acompanhar o desenvolvimento de uma teoria psicanalítica sobre o simbolismo. Freud afirma, em “A história do movimento psicanalítico” (1914), que o simbolismo foi quase a última coisa do trabalho de interpretação dos sonhos a tornar-se acessível a ele, já que as associações dos pacientes auxiliavam muito pouco na compreensão destes símbolos. Refere-se, neste momento, ao sentido restrito dado ao símbolo, principalmente no contexto da “Interpretação dos sonhos” (1900). Identifica-se, paralelamente, uma concepção mais ampla sobre o simbolismo, na obra freudiana, que se refere à função primordial do aparelho psíquico como função simbólica. A partir dos conceitos de representação de coisa e representação de palavra, representante pulsional e de fantasia inconsciente discutiremos a concepção de símbolo como unidade elementar de todo o funcionamento psíquico.

Jones desenvolve uma teoria sobre o simbolismo, em que destaca o processo de identificação como estando na base da capacidade de simbolização e da exploração do mundo circundante. A partir de alguns pilares desta teoria, Melanie Klein desenvolve suas idéias sobre o desenvolvimento da capacidade de simbolização nas relações de objeto iniciais. Discutiremos o desenvolvimento emocional primitivo na obra de Klein, destacando sua teoria sobre as bases do simbolismo a partir da constituição de um mundo interno e um mundo externo. Hanna Segal desenvolve a partir dos conceitos de posição esquizo-paranóide e depressiva, importantes concepções

sobre os estágios pré-simbólicos, nomeados como equações simbólicas, que antecedem um simbolismo verdadeiro.

O processo de diferenciação entre o eu e o outro é enfatizado como um precursor fundamental da capacidade de simbolização, pois é a pré-condição para o estabelecimento de relações triádicas. A partir da teoria de Ester Bick sobre a função da pele como continente psíquico e da teoria de Frances Tustin sobre as experiências emocionais e sensoriais primitivas, busca-se discutir as implicações destas para a constituição de fronteiras psíquicas. Os conceitos de fenômenos e objetos transicionais, desenvolvidos por D. W. Winnicott, auxiliam na compreensão do processo de transição de um mundo subjetivo para um mundo objetivamente percebido, por parte do bebê. Transição essencial para o estabelecimento de uma distinção entre mundo externo e mundo interno, e assim, para a possibilidade de emergência de um espaço potencial onde o símbolo possa surgir.

Os conceitos desenvolvidos por Wilfred Bion sobre continente e conteúdo, função alfa e capacidade de *reverie* revelam o caráter intersubjetivo da constituição dos símbolos. O conceito de função alfa corresponde à atividade psíquica de transformação das experiências emocionais e sensoriais em símbolos e linguagem. Constitui-se a partir do processo de identificação projetiva normal que ocorre na relação mãe-bebê, quando esta é capaz de aceitar a projeção de estados emocionais caóticos do bebê, metabolizá-los, significando-os e devolvendo-os de forma que possam ser manejáveis pelo bebê, a capacidade de *reverie*. A introjeção desta função materna permite a constituição da capacidade de simbolização das experiências externas e internas. A abstração, o pensamento verbal, o sonho e a diferenciação entre consciente e inconsciente são fatores da função alfa.

Estudos atuais da psicologia do desenvolvimento, através de D. Stern, C. Trevarthen, E. Bates e M. Tomasello, detalham as condições e categorias comportamentais observáveis que

caracterizam a díade mãe bebê nas experiências intersubjetivas iniciais. Estas pesquisas concluem que, desde as primeiras horas de vida, os bebês estão aptos ao comportamento social. A partir da teoria de uma “intersubjetividade inata”, Trevarthen propõe níveis progressivos de intersubjetividade e enfatiza a distinção entre um campo simbólico e um campo pré-simbólico, com formas de intersubjetividade distintas em cada campo.

Uma perspectiva sobre o simbolismo como produtor de significados e organizador da experiência é o fio condutor que orienta o desenvolvimento das idéias do presente trabalho e permite pensar na formação dos símbolos como fundamental para a produção de significados narrativos sobre nós mesmos e o mundo que nos rodeia.

2

O simbolismo em Freud e Jones:

Este capítulo discutirá as concepções sobre simbolismo a partir dos desenvolvimentos teóricos de Freud e Ernest Jones. As conceituações destes autores consistem nos alicerces da perspectiva kleiniana sobre o símbolo, o eixo teórico central desta pesquisa. Laplanche e Pontalis dividem o uso do termo simbolismo na obra de Freud, em um sentido lato e outro restrito:

“Em sentido lato, modo de representação indireta e figurada de uma idéia, de um conflito, de um desejo inconsciente; neste sentido, podemos em psicanálise considerar simbólica qualquer formação substitutiva” (Laplanche e Pontalis, 2001, pg. 480).

“Em sentido restrito, modo de representação que se distingue principalmente pela constância da relação entre o símbolo e o simbolizado inconsciente; essa constância encontra-se, não apenas no mesmo indivíduo e de um indivíduo para outro, mas nos domínios mais diversos (mito, religião, folclore, linguagem, etc.) e nas áreas culturais mais distantes entre si” (Idem).

Estas duas concepções sobre o simbolismo podem ser encontradas em diferentes momentos da obra freudiana. No período histórico inicial da psicanálise, os sintomas da histeria eram compreendidos como expressão simbólica do trauma, um evento gerador de grande dose de afeto. Experiências sexuais vividas passivamente nos primeiros anos da infância, eram consideradas os fatores etiológicos da neurose histérica. Em “Estudos sobre a histeria”, compreendiam-se os sintomas como “símbolos mnêmicos” da experiência traumática suprimida:

“Na histeria o afeto permanece estrangulado e a lembrança da experiência a que está ligado é isolada da consciência. A partir daí, a lembrança afetiva se manifesta em sintomas histéricos, que podem ser considerados como símbolos mnêmicos, símbolos da lembrança suprimida” (J. Strachey, nota do editor inglês em Freud 1893, pg.22).

Freud considerava o símbolo como substituto de uma idéia traumática. Uma idéia inofensiva surgia carregada de afeto irracional devido a seu vínculo com a idéia patogênica.

Após ter abandonado a teoria da sedução, na qual a origem das psiconeuroses era remetida a uma experiência traumática de sedução, Freud ampliou a definição dos sintomas histéricos como símbolos mnêmicos de certas impressões e experiências traumáticas, afirmando serem, também, “fantasias inconscientes exteriorizadas por meio da conversão” (1908, p. 151). As fantasias inconscientes passavam a ser o horizonte interpretativo da técnica psicanalítica da época. Tornar consciente a lembrança reprimida de um evento traumático não era mais o alvo exclusivo das investigações psicanalíticas. A idéia que irá prevalecer é a de que os acontecimentos externos obtêm sua significação nas fantasias e fluxo de excitação pulsional que ativam.

Aproximando a compreensão do simbolismo dos sintomas neuróticos ao simbolismo dos processos oníricos Freud, em “A interpretação dos sonhos” (1900), afirmou que “os sonhos se valem dos símbolos para a representação disfarçada de seus pensamentos latentes”. Os sonhos não possuíam um simbolismo peculiar, mas apenas utilizavam-se das simbolizações já constituídas no pensamento inconsciente, pois assim escapavam da censura. Estas simbolizações aparecem no trabalho de interpretação como “elementos mudos”, tornando o indivíduo incapaz de fornecer associações a seu respeito. A concepção de simbolismo, neste momento, referia-se ao sentido restrito e dificultava o trabalho interpretativo. No entanto, Freud sugere a adoção de uma técnica combinada que “baseie-se nas associações do sonhador e, por outro lado, preencha as lacunas provenientes do conhecimento dos símbolos pelo intérprete” (Freud, 1900, pg. 385). As incertezas geradas no trabalho com sonhos são remetidas à ambigüidade dos

símbolos oníricos, ou seja, a característica de admitirem uma superinterpretação, acolhendo vários significados numa única forma simbólica. O aspecto de plasticidade do símbolo surge, inicialmente, como um obstáculo à compreensão dos sonhos e convoca uma atenção maior a associação livre no trabalho de interpretação.

Emílio Rodrigué, em “La naturaleza y función de los símbolos”, afirma que a presença de uma definição drasticamente restrita em Freud deve-se “a suposição de que os símbolos são silenciosos, tem um significado constante e constituem uma modalidade arcaica de pensamento” (1966, pg. 81). Considera que a posição de Freud sobre o hermetismo dos símbolos fomentou uma dicotomia na técnica de interpretação dos sonhos, ou seja, abriu uma linha divisória entre os “símbolos verdadeiros” e outras formas de representação indireta. Freud, ao desenvolver tardiamente sua teoria dos símbolos oníricos, considerou-o como a quarta forma de distorção e representação no trabalho do sonho (em seguida aos mecanismos de deslocamento, condensação e representabilidade). Assim, fez um acréscimo e não reformulou a teoria dos sonhos como uma estrutura simbólica em sua totalidade.

Ernest Jones manteve a distinção entre um sentido lato e um sentido restrito efetuada por Freud. No entanto, seu objetivo central foi discriminar um sentido restrito e exclusivamente psicanalítico, e distingui-lo das demais formas de representação indireta, tais como as símiles, metáforas, alegorias, alusões e outras formas de representações pictóricas. Ao considerar o “simbolismo verdadeiro” como apresentando uma interpretação que evoca uma reação de surpresa, incredulidade e repugnância frente a seu conteúdo não familiar, Jones introduz a idéia do símbolo como vinculado a um conteúdo recalcado. Este foi o aspecto novo e fundamental para a compreensão do símbolo, apresentado por este autor.

De acordo com Jones, em “Teoria do simbolismo” (1926), referindo-se também ao sentido restrito, os símbolos têm um significado coletivo e sua interpretação é frequentemente rejeitada pelo sujeito. Quanto mais amplo e diluído for o sentido no qual o símbolo for usado, mais facilmente este sentido é percebido e mais prontamente a interpretação é aceita. Jones, enumera cinco atributos que definem o conceito psicanalítico de “símbolo”: representam material inconsciente, significado constante, independência de fatores individuais condicionantes de base evolutiva, presença de conexões lingüísticas entre o símbolo e a idéia simbolizada e paralelos filogenéticos com os mitos, rituais e religiões. Apesar de considerar que o número de símbolos é extraordinariamente alto, afirma que o número de idéias simbolizadas é restrito. Todos os símbolos representam idéias sobre o corpo, relações consangüíneas ou fenômenos do nascimento, amor, morte e, sobretudo a sexualidade, ou seja, um número restrito de idéias primitivas e interesses imagináveis.

Jones define o simbolismo como um paralelo entre duas idéias, estabelecido inconscientemente, onde uma irá substituir e representar outra idéia primária e desconhecida da mente consciente. Segundo ele, todos os símbolos são criados pela mente infantil e primitiva que persiste por toda vida no inconsciente. Tal como a semelhança é a base da metáfora, há uma identificação original como base do simbolismo. Citando Freud, afirma que “uma conexão simbólica foi provavelmente estabelecida em tempos primevos onde eram unidas por uma identidade conceitual e lingüística” (Apud Jones, 1926). Jones aborda este processo de identificar objetos diferentes e fundir diferentes idéias como uma tendência da mente primitiva, observada nas crianças, selvagens, chistes, sonhos, insanidade e outros produtos do funcionamento inconsciente.

Referiu a função da construção de identidades primárias como forma de atender ao princípio do prazer/ desprazer e como forma de lidar com o princípio de realidade. Segundo Jones, a busca por semelhanças facilitaria a assimilação de novas experiências e permitiria o contato com novas “realidades materiais”. A identificação entre objetos evitaria o desprazer gerado nas experiências primitivas, que sem a possibilidade de formar semelhanças, seriam vividas como caóticas. Há três fatores que operam para esta tendência geral e primitiva de identificação: uma incapacidade mental devido a uma ausência de clareza e de definição do pensamento, ter que se haver com o princípio do prazer/desprazer e uma forma de adaptação para lidar assim, com o princípio de realidade.

De acordo com Jones, a formação simbólica mantém um fenômeno regressivo: a reversão a certo estágio de pensamento pictórico, claramente observado em condições especiais onde a consciente adaptação à realidade encontra-se restrita, tal como nos êxtases religiosos e artísticos; ou onde esta adaptação é completamente abolida, tal como nos sonhos e desordens mentais. Quando a adaptação à realidade é efetivada com sucesso, esta identificação torna-se supérflua e cede ao mero significado de um símbolo.

“Simbolismo, desta maneira, aparece como um precipitado inconsciente de um recurso primitivo de adaptação à realidade que se tornou supérfluo e sem uso, um tipo de depósito o qual o adulto prontamente foge em estados de reduzida ou deficiente capacidade de adaptação à realidade, a tempo de recuperar seus antigos e há muito esquecidos brinquedos da infância.” (Jones, 1926, pg. 110).

Emílio Rodrigué (1966) afirma que nossas fantasias inconscientes, a matéria prima de nossa atividade mental, têm um repertório limitado de temas básicos de interesse humano, convergindo, neste ponto, com a teoria de Jones. E que apesar da

espécie humana possuir uma grande variedade de meios de representação simbólica, existem meios de expressão comuns a todos, tal como as partes do corpo como “usina” de símbolos básicos. Na natureza existem, também, numerosas formas e fenômenos que se prestam para adquirir significados simbólicos inequívocos, dada sua semelhança estrutural com os objetos primários.

Rodriguè diverge de Jones no momento em que este considera a irreversibilidade do significado como uma característica específica do “verdadeiro simbolismo”. Este autor propõe exatamente o oposto e considera o símbolo como veículo de extrema plasticidade.

“Cada novo descobrimento analítico traz sua gama de novos significados para velhos símbolos e novos objetos que merecem ser significados simbolicamente. Ao invés de velhas relíquias, os símbolos seriam itens plásticos, capazes de transportar significados múltiplos.” (Rodriguè, 1966, pg. 85).

Rodriguè considera que toda expressão mental inconsciente é simbólica. Assim, os processos simbólicos são definidos como uma série sem fim de substituições evolutivas, uma reposição contínua de uma idéia, interesse, capacidade ou tendência por outra. Busca, então, retomar o simbolismo em seu sentido mais amplo.

2.1.

As formas simbólicas:

Após uma discussão sobre o conceito de simbolismo na obra freudiana e a distinção entre uma compreensão de símbolo no sentido amplo e outra no sentido restrito, objetiva-se abordar uma

definição filosófica que inclui estas duas acepções em uma ainda mais ampla sobre o tema. Ernst Cassirer desenvolve sua “Filosofia das formas simbólicas” a partir de dados históricos e antropológicos e apresenta a função simbólica como o aspecto universal da linguagem e que abarca todo o campo do pensamento humano. O simbolismo é entendido como a característica que distingue o mundo humano do mundo animal. Segundo ele, o animal tem uma inteligência prática, enquanto apenas o homem desenvolveu uma imaginação e uma inteligência simbólica

Ernst Cassirer, filósofo contemporâneo de Freud, propõe que todo organismo vivo de acordo com sua estrutura anatômica possui um sistema receptor e um sistema efetuator. Através do sistema receptor o organismo recebe os estímulos externos e pelo sistema efetuator, reage a eles, estando os dois sistemas intimamente entrelaçados. São elos do círculo funcional do animal. Ao analisar os esforços do homem para compreender a si mesmo e o universo em que vive, afirma que esta tarefa é feita por meio da criação e uso de símbolos. Segundo este autor, as principais formas simbólicas consistem na construção da linguagem, do mito, da arte, da religião, da história e da ciência.

Considerando que o mundo humano está submetido às regras biológicas que regem a vida de todos os demais organismos, Cassirer procura definir qual seria a marca distintiva entre o mundo humano e o mundo animal. Propõe, então, que o círculo funcional do homem não seria apenas quantitativamente maior, mas também qualitativamente modificado. Entre o sistema receptor e o sistema efetuator, o homem teria desenvolvido um novo método para adaptar-se ao meio ambiente. Este terceiro elo seria o sistema simbólico. Desta forma, comparado aos outros animais, o homem não vive apenas em uma realidade mais ampla, vive em uma nova dimensão de realidade. No lugar de uma resposta direta e imediata a um estímulo externo, no homem a resposta é interrompida e retardada pelo processo do pensamento.

Esta concepção sobre o sistema simbólico, como intermediário entre o sistema receptor e o sistema efetuator, se assemelha à concepção freudiana sobre o funcionamento do aparelho psíquico. No capítulo VII da “Interpretação dos Sonhos”, Freud define que esse aparelho, composto de sistemas psíquicos, tem um sentido ou direção e que toda a nossa atividade psíquica parte de estímulos (internos ou externos) e termina em inervações. Atribui ao aparelho uma extremidade sensorial e uma extremidade motora. “Na extremidade sensorial, encontra-se um sistema que recebe as percepções; na extremidade motora, outro, que abre as comportas da atividade motora.” (1900, p. 568).

Para Freud, o aparelho psíquico deve construir-se como um aparelho reflexo. Ao discutir sobre o que seria a “função simples” do aparelho psíquico, define a lei que o impulsiona para o desenvolvimento:

“A princípio, os esforços do aparelho tinham o sentido de mantê-lo tão livre de estímulos quanto possível; conseqüentemente, sua primeira estrutura seguia o projeto de um aparelho reflexo, de modo que qualquer excitação sensorial que incidisse nele podia ser prontamente descarregada por uma via motora” (Freud, 1900, p. 594).

Freud conceituou o princípio de constância como a lei elementar que rege o funcionamento do aparelho psíquico. A constituição de um funcionamento psíquico teria sido motivada para intermediar os estímulos internos e externos que atingem ininterruptamente o organismo vivo. Sobre o organismo vivo em sua forma mais simplificada, Freud utiliza a imagem de uma “vesícula indiferenciada de uma substância que é suscetível de estimulação” (1920, p. 36). Esta descrição ilustra um funcionamento elementar de recepção de estímulos internos e externos e a regulação destes estímulos implica na construção de um funcionamento psíquico. Neste aspecto, a definição desenvolvida por Cassirer do sistema simbólico coincide com a função primordial do aparelho psíquico

desenvolvida por Freud, ou seja, funcionar como elo de intermediação entre estímulos internos e externos.

Para Cassirer, não estando mais num universo meramente físico, o homem vive em um universo simbólico. A linguagem, o mito, a arte e a religião são partes desse universo e correspondem aos variados fios que tecem a rede simbólica, o emaranhado da experiência humana. Todo o progresso humano em pensamento e experiência é refinado por essa rede, e a fortalece. A partir da clássica afirmação de que o homem é um animal racional, Cassirer (1944) sugere uma correção e ampliação desta:

“A razão é um termo muito inadequado com o qual compreender as formas da vida cultural do homem em toda sua riqueza e variedade. Mas todas essas formas são formas simbólicas. Logo, em vez de definir o homem como *animal rationale*, deveríamos defini-lo como *animal symbolicum*”.(Cassirer, 1944).

Partindo do pressuposto que a racionalidade é um traço inerente à natureza humana, acrescenta que esta não é suficiente para sua caracterização. Ao efetuar uma distinção entre linguagem conceitual e linguagem emocional, propõe que, primariamente, a linguagem não exprime pensamentos ou idéias, mas sentimentos e afetos. No entanto, obviamente esta distinção não é radical, já que por mais desenvolvida que seja a linguagem, a ligação com o primeiro elemento não se perde jamais.

Afirma, então, que a diferença entre a linguagem proposicional e a linguagem emocional é a verdadeira fronteira entre o mundo humano e o mundo animal. No comportamento animal ocorre também uma comunicação, e encontram-se sistemas complexos de signos e sinais. Considera que a existência de um sistema de signos nos animais sugere um estágio filogenético anterior da evolução do processo simbólico, que pode ser considerado como pré-linguístico. No entanto, apesar de apontar

para uma ligação dentro de um processo evolutivo, Cassirer é cuidadoso ao diferenciar os signos dos símbolos. Considera, inclusive, que fenômenos como reflexos condicionados são opostos ao caráter essencial dos símbolos. Afirma, então, que sinais e símbolos pertencem a dois universos diferentes de discurso, pois os sinais são “operadores” e símbolos são “designadores”. “Os sinais, mesmo quando entendidos e usados como tais, têm uma espécie de ser físico ou substancial; os símbolos têm apenas um valor funcional” (Cassirer, 1994, p. 58).

“O princípio do simbolismo, com sua universalidade, validade e aplicabilidade geral é a palavra mágica, o abre-te-sésamo que dá acesso ao mundo especificamente humano, ao mundo da cultura humana”. (idem)

Cassirer compreende que o ser humano, na construção de seu mundo, não depende da qualidade de seu material dos sentidos. Afirma que “a coisa de importância vital não são os tijolos e pedras individuais, mas a sua função geral como forma arquitetônica” (idem). Utiliza como exemplo desta afirmação, o caso clássico de Helen Keller, uma menina cega e surda, que, no entanto, consegue comunicar-se e interagir com o mundo a sua volta a partir das experiências tácteis, por exemplo.

Susanne Langer, em “A filosofia em nova chave” (2004), enfatiza que o aspecto construtivo do homem na formação dos significados culturais deve-se ao uso que este possui dos símbolos. Afirma que o emprego de signos é a primeira manifestação da mente e o início da inteligência. O desenvolvimento da linguagem de signos corre em paralelo com o desenvolvimento físico dos órgãos do sentido e da estrutura nervosa da sinapse. Para Langer, os signos:

“Consistem na transmissão de mensagens sensoriais aos músculos e glândulas – aos órgãos do comer, do acasalamento, da fuga e da defesa – e, obviamente, funciona no interesse dos

requisitos biológicos elementares: autoconservação, crescimento, procriação, preservação das espécies”. (2004, P. 41).

O homem faz um uso peculiar dos “signos”, pois os emprega não apenas para indicar coisas, mas também para representá-las. Langer afirma que nossas palavras são utilizadas para conversarmos sobre coisas e, ao invés de apenas anunciar coisas, servem para representar objetos ausentes. Os “signos” utilizados nesta qualidade são “símbolos”. Segundo Langer, “os símbolos não são procuradores de seus objetos, mas veículos para a concepção de objetos” (2004, p. 70). Enquanto os signos indicam uma relação entre um gesto ou palavra e o objeto anunciado, o símbolo inclui um terceiro participante. Em sua função de significação constitui uma relação entre o símbolo, um sujeito e a concepção de um objeto. Esta concepção de uma relação triíplice presente no uso do símbolo encontra-se também na definição de Hanna Segal: “o simbolismo é uma relação entre o símbolo, o objeto que ele simboliza e a pessoa para quem o símbolo representa o objeto” (1993, p. 52).

Langer discute e discorda da teoria utilitária do símbolo, ou seja, de que os símbolos existem para mitigar as necessidades biológicas. Para ela, a distorção no uso de símbolos, a crença dos povos primitivos na “magia da palavra” e o simbolismo dos sonhos são fatores que indicam que a produção de símbolos no homem deve-se a algo diferente do que o uso dos signos nos animais, que atendem a necessidade prática de sobrevivência. Nenhum destes três fatores desempenha alguma função a serviço das necessidades primárias. Propõe a compreensão da mente como um órgão a serviço de necessidades caracteristicamente humanas. Afirma que há uma necessidade básica óbvia apenas no homem: a necessidade de simbolização e tal como Cassirer, afirma que existe “uma natureza essencialmente transformacional da inteligência humana” (2004, p. 51). A simbolização é um ato essencial ao pensamento e anterior a ele.

A lei fundamental que rege os processos mentais é traduzir ativamente experiências em símbolos, no cumprimento de uma necessidade básica de fazê-lo. Langer denomina este processo de ideação, que procede por um princípio de simbolização. O cérebro produziria constantemente idéias espontâneas através do processo de transformação simbólica da experiência. Para esta autora, a mente produtora de símbolos contém mais do que pode ser denominada pensamento. Assim certos produtos da mente consistem em material simbólico, porém, não correspondem às leis de um raciocínio discursivo. Esta transformação simbólica da experiência, denominada por Langer como “processo de ideação”, assemelha-se as concepções freudianas sobre o funcionamento do aparelho psíquico. No tema das representações de coisa que se ligam a representações de palavra, algo semelhante a este processo de ideação parece ocorrer.

2.2.

O simbolismo e o conceito de representação em Freud:

O objetivo, neste sub-capítulo, é articular os conceitos de representação em Freud, à idéia de símbolo que norteia o presente trabalho. Imbasciati, em “Afeto e representação”, discute que na teoria freudiana “o afeto é definido como um *quantum* de energia pulsional, enquanto os processos ideativos estão ligados ao depositar-se de traços mnêmicos” (1998, p. 16), o primeiro daria força e qualidade funcional aos segundos, no conceito de investimento. Desta forma, Freud contrapõe estes dois conceitos de afeto e representação. Para Imbasciati, os símbolos são as unidades elementares que orientam as ligações possíveis entre afeto e representação.

Freud desenvolveu sua teoria metapsicológica a partir da experiência clínica, reformulando-a também através de seus impasses clínicos. Nomeou como “metapsicologia” o sistema teórico que fundamenta a técnica psicanalítica, a partir das perspectivas dinâmica, topográfica e econômica de funcionamento do aparelho psíquico. No capítulo VII de “A interpretação dos sonhos”, o psiquismo foi discriminado em instâncias com características próprias, sistemas que se dispõem em sucessão linear. O sistema Perceptivo, localizado na parte frontal do aparelho, é aquele que supre a consciência de toda a multiplicidade de qualidades sensoriais, não possui capacidade de memória e não retém modificações do que é percebido. O sistema Pré-consciente, situado na extremidade motora, discrimina as excitações que podem penetrar na consciência através da função da atenção. Por trás deste, o sistema Inconsciente não tem acesso à consciência, senão através do Pré-consciente, no qual sofre importantes modificações. Este sistema “transforma as excitações momentâneas do primeiro, em traços permanentes.” (1900, p. 569). Estes traços permanentes correspondem aos traços das percepções que incidem sobre o aparelho psíquico e são descritos como “traços mnêmicos”, pois a função psíquica que se relaciona a eles é a memória.

O conceito de pulsão, apesar de ter sido utilizado pela primeira vez nos Três Ensaio (1905), já estava presente desde o Projeto para uma psicologia científica (1895) como “estímulos endógenos”, “excitações” e outros termos afins. Foi definido, em “A pulsão e suas vicissitudes” (1915), como:

“Um conceito situado na fronteira entre o psíquico e o somático, como o representante psíquico dos estímulos que se originam dentro do organismo e alcançam à mente, como uma medida da exigência feita à mente no sentido de trabalhar em consequência de sua ligação com o corpo.” (1915, p. 127).

A idéia que prevaleceu foi a de que temos notícia sobre as pulsões, exclusivamente através de seus representantes ideacionais (1920, p. 34).

Tanto a definição de representante ideacional das pulsões quanto a idéia de um sistema que transforma as excitações momentâneas em traços mnêmicos, sugerem o momento de transformação de “algo” antes vivido na dimensão sensorial, ao imprimir sua presença no sistema perceptivo, possa tornar-se material simbólico consciente ou inconsciente. Esta descrição sobre o funcionamento psíquico aponta para o processo de transformação das impressões sensoriais e experiências emocionais, imediatamente, em material dos sonhos ou da vida de vigília. Posteriormente, W. Bion iria deter-se no estudo deste processo psíquico primordial e nomeá-lo como “função alfa”, que pode ser compreendida como função primordial para a atividade de simbolização.

“No processo de desenvolvimento desencadeado pelo nascimento, as forças internas precisam ser submetidas a algum tipo de trabalho de ligação para que possam se transformar em símbolos, que evitariam o imediatismo da descarga, criando o domínio do psíquico” Cintra e Figueiredo (2004, p. 9).

Ao desenvolver as diferença entre os dois sistemas, Inconsciente e Consciente/ Pré-consciente, Freud deixa clara a importância do aspecto de ligação entre a representação de coisa, pertencente ao primeiro sistema, e a representação de palavra, pertencente ao segundo sistema.

“O sistema inconsciente contém a representação da coisa dos objetos, e o sistema pré-consciente ocorre quando essa representação da coisa é investida por uma ligação com as representações da palavra que lhe correspondem. São esses investimentos que provocam uma organização psíquica mais elevada, possibilitando que o processo primário seja sucedido pelo processo secundário, dominante no pré-consciente” (Freud, 1915, pg. 206).

Em “O inconsciente” (1915), no Apêndice C, Strachey enfatiza que a ligação entre a representação de palavra e a representação de coisa merece ser descrita como “simbólica”. Ao enfatizar o aspecto de ligação entre as representações de coisa e as representações de palavra, fundamentou a técnica da interpretação a partir da associação livre do paciente e atenção flutuante do analista. Assim, uma representação que não seja posta em palavras permanece no inconsciente, sobre o domínio do processo primário. Poderíamos entender as representações de coisa como este algo mais, produto mental que não corresponde ao raciocínio discursivo, mas que também consiste em material simbólico.

É a ligação a representações de palavras que cria a possibilidade de que aquela representação venha a ser simbolizada sob as leis do processo secundário e possa se tornar consciente. Tais relações constituem uma das principais partes dos nossos processos de pensamento e encontra semelhança com o processo de ideação, descrito por Langer (2004). Porém, isto não significa que a representação de coisa não possa também ser descrita como simbólica. A representação de coisa, formada no momento inaugural do psiquismo, é a primeira forma psíquica de lidar com as sensações corporais dolorosas ou prazerosas. É o registro que fica como traço mnêmico de uma experiência de satisfação ou de frustração. Sendo assim, é o recurso simbólico mais primitivo do psiquismo, ainda regido pelo processo primário, e por isso, material simbólico não submetido às leis do raciocínio discursivo, como afirma S. Langer (2004, p. 52).

Pode-se identificar, a partir das mudanças efetuadas na técnica psicanalítica, uma complexificação na compreensão das formas de expressão simbólica das representações inconscientes. Na primeira tópica, a concepção freudiana de aparelho psíquico supõe um constante processo de simbolização, cuja evolução depende do

alcance atingido pelas forças do recalque. Em seus “Estudos sobre a histeria”, Freud discute os efeitos da técnica da “talking cure”. Anna O. (quem nomeou o método e chamou-o também de “limpeza de chaminés”), após seus freqüentes períodos de “ausências” e alucinações, iniciava longas narrativas e relatava sentir-se mais a vontade, após as mesmas. Freud e Breuer enfatizavam cada vez mais os efeitos benéficos da atividade narrativa da paciente, afirmando que o “afrouxamento” e a “remoção” de seu estado de estimulação, quando os expressava verbalmente em sua hipnose, permaneceram constantes durante todo o tempo em que a paciente ficou em observação:

“Já descrevi o surpreendente fato de que, do começo ao fim da doença, todos os estímulos decorrentes do estado secundário, junto com suas conseqüências, eram eliminados de maneira permanente ao receberem expressão verbal na hipnose (...). Fui apanhado inteiramente de surpresa, e só depois de todos os sintomas serem assim eliminados em toda uma série de situações é que desenvolvi uma técnica terapêutica a partir dessa experiência.” (p. 81).

Neste momento, foi atribuída à fala uma função de escoamento do afeto, que, na ausência deste recurso, era convertido em sintoma físico.

Na segunda tópica, sem abandonar as formulações anteriores, revoluciona alguns aspectos não só da metapsicologia como da técnica psicanalítica. Ao se deparar com a compulsão à repetição e com a pulsão de morte, passa a lidar com aquilo que surge na clínica sem representação e sobre forma de “ato”. O trabalho analítico passa a visar “uma luta perpétua com o paciente para manter na esfera psíquica todos os impulsos que este último gostaria de dirigir para a esfera motora” (Idem, p. 168). O triunfo consiste em que o paciente possa recordar aquilo que, anteriormente, desejaria repetir. No sentido deste esforço em transpor para a esfera psíquica aquilo que pressionava na esfera somática, Freud aponta

para a importância das construções em análise. As construções são a oportunidade de oferecer representações para experiências vividas no campo somático, ou seja, oportunidade de simbolização destas experiências e, conseqüentemente, transposição para o campo psíquico.

Em “Além do princípio do prazer” (1920), oferece um bom exemplo disto, ao descrever a brincadeira de seu neto com um carretel amarrado a uma corda, o jogo do “fort-da”. Ao lançar o carretel para fora do berço e assim, fora do seu campo de visão, a criança pronunciava um prolongado “ooooo!”, enquanto que ao puxar o carretel de volta, pronunciava “da!”. Na primeira parte da brincadeira, foi identificada uma lei psíquica anterior ao princípio do prazer: a compulsão à repetição para atender a pulsão de dominação das experiências traumáticas e a busca por elaboração psíquica. O brincar pode ser compreendido tanto como um modo de exploração da realidade¹ quanto de tentativa de domínio sobre ela.

Segundo Freud, apesar do primeiro ato ser incansavelmente repetido como um jogo em si, o prazer maior ligava-se ao segundo ato. O prazer estava na ação de transformar uma experiência que antes fora vivida passivamente, e agora, através do brincar poderia assumir um papel ativo. O tema era desaparecimento e retorno, seu neto estava rememorando e tentando elaborar a experiência de separação da mãe, através da atividade simbólica do brincar. Usando sons dotados de sentido, característicos dos primórdios da linguagem, estabelece um domínio simbólico sobre o ir e vir da mãe. O carretel era o símbolo do objeto de amor e, ao fazê-lo surgir quando puxado pela corda, o menino estava expressando um desejo inconsciente de recuperar os objetos ausentes

¹ A concepção de realidade foi desenvolvida por Freud em diversos contextos. Ora, referia-se à realidade psíquica, denotando a representação dos impulsos e fantasias e, ora, referia-se à realidade material e a esfera objetiva da experiência. No entanto, entende-se que, subjacente a esta aparente ambigüidade, encontra-se um aspecto dialético do pensamento freudiano em que a realidade psíquica e a realidade material estão imbricadas e compõem a singularidade da experiência.

à hora que bem entendesse. Ao brincar e verbalizar aciona os talentos e a capacidade de simbolização para tornar ativa a experiência do ir e vir da mãe, ao invés de submergir a angústia de separação vivida passivamente e criar um sintoma.

Estes três momentos da teoria da técnica psicanalítica remetem aos diferentes dimensões das funções simbólicas. Na técnica da hipnose, a função simbólica tem o aspecto de escoamento (ab-reação) a partir da narrativa; nas interpretações a partir da associação livre, destaca-se a função de ligação entre as representações de coisa e as representações de palavra, exercida pelo símbolo verbal; e as construções em análise apontam para o caráter de articulação do símbolo com o irrepresentável, ou tal como descreve S. Langer, o material simbólico não discursivo.

2.3.

Os símbolos e as fantasias inconscientes:

As descobertas psicanalíticas sobre o simbolismo e sobre a fantasia inconsciente foram interdependentes e correlacionadas desde o início. Segundo Rodriguè, a interpretação que damos aos símbolos, na clínica, reflete o nosso conhecimento atual sobre a fantasia inconsciente. Nos primórdios da psicanálise, Freud igualava o termo fantasia à idéia de devaneio, satisfação de desejos originários de privações e afirmava que tanto poderiam ser conscientes como inconscientes. “Esses devaneios são investidos com um vivo interesse; são acalentados carinhosamente pelo sujeito e em geral ocultos com muita sensibilidade.” (1908, p. 149).

No artigo “A natureza e a função da fantasia” (1952), Susan Isaacs discute e amplia o conceito de fantasia inconsciente e esta passa a ser entendida como o conteúdo primário dos processos mentais inconscientes, ou seja, “o corolário mental, o representante

psíquico das pulsões”. Algumas raízes desta concepção de fantasia inconsciente podem ser identificadas no capítulo 7 da “Interpretação dos sonhos”, quando Freud descreve o processo primitivo pelo qual surge o desejo. Ao defrontar-se com as excitações produzidas pelas “necessidades” internas, o bebê busca descarga no movimento como forma de expressão emocional, que pode ser exemplificada pelo bebê faminto que grita e dá pontapés. No entanto, a mudança neste estado só ocorre quando há a percepção da experiência de satisfação. Freud afirma que:

“Em decorrência do vínculo estabelecido, na próxima vez em que essa necessidade for despertada, surgirá de imediato uma moção psíquica que procurará reinvestir a imagem mnêmica da percepção e reevocar a própria percepção, isto é, restabelecer a situação da satisfação original. Uma moção dessa espécie é o que chamamos de desejo; o reaparecimento da percepção é a realização do desejo.” (Freud, 1900, p. 595).

Ao descrever o surgimento do desejo, descreve a transformação de uma necessidade exclusivamente somática para sua inscrição na dimensão psíquica. Freud afirma que “o pensamento não passa do substituto de um desejo alucinatório” (Idem), e assim, localizam-se neste momento, os primórdios da fantasia e da vida mental.

A relação entre as fantasias inconscientes e o simbolismo evoca o tema da própria constituição do domínio psíquico. Segundo Isaacs, não há impulso, necessidade ou resposta pulsionais que não sejam vivenciadas como fantasia inconsciente. Isaacs afirma que no início da vida do bebê, as fantasias são construídas em conjunção com os investimentos em certas zonas corporais e estão ativas na mente do bebê muito antes do desenvolvimento da linguagem. E mesmo na vida adulta, as fantasias continuam operando independentemente das palavras, no entanto, “o pensamento de realidade não pode operar sem a concorrência e apoio de fantasias inconscientes” (Isaacs, 1954, p. 124). Esta idéia liga-se a concepção de Ferenczi sobre a identificação primária como

precursora do simbolismo, ou seja, o processo em que o bebê tenta redescobrir em todos os objetos, os seus próprios órgãos e seu funcionamento, pois é nesta rede de equivalências que surgirão os primeiros elos simbólicos que vão formar a primeira trama do “tecido” da fantasia. E, apenas desta forma, o bebê pode deslocar o interesse de seu próprio corpo para o mundo externo. Assim, essas identificações primárias consistem nas unidades elementares de todas as fantasias inconscientes que estão sempre arcaicamente vinculadas à experiência sensorial.

A fantasia é compreendida como “o vínculo que existe entre o impulso do id e o mecanismo do ego, o meio pelo qual um se transforma no outro” (Isaacs, pg. 119). Assim, os primeiros processos mentais, ou seja, os representantes psíquicos dos impulsos amorosos e destrutivos constituem os primórdios da fantasia. As fantasias mais remotas, por pertencerem ao registro do processo primário, caracterizam-se pela ausência de coordenação do impulso, ausência de contradição, pela negação e atemporalidade, e assim, carregam consigo um caráter onipotente. Se a fantasia é a linguagem das moções pulsionais primárias, pode-se supor que a fantasia participa do desenvolvimento inicial do ego, não apenas com relação ao id, mas também, em sua relação com a realidade, apoiando a comprovação da mesma, assim como o desenvolvimento do conhecimento do mundo externo.

De acordo com Ernest Jones (1916), o símbolo é infinito e encontra-se nos gestos, palavras, e em todas as atividades humanas, mas seu conteúdo é restrito às fantasias primitivas que se originam na dimensão somática. De acordo com Cintra e Figueiredo, no pensamento kleiniano:

“As sensações corporais são muito importantes na formação do tecido da fantasia: ela é a configuração psíquica das mais arcaicas sensações e sentimentos, é o lugar no qual se constitui a mais profunda imagem inconsciente do corpo” (2004, p. 151).

Baseada em grande parte da teoria de Jones sobre o simbolismo, Melanie Klein criou uma abordagem nova sobre o tema. Klein compreende o brincar da criança como expressão simbólica de conflitos, desejos e fantasias inconscientes. O simbolismo “se torna a base não só de toda a fantasia e sublimação, mas também da relação do indivíduo com o mundo externo e com a realidade em geral” (1930, p. 252). Os processos de introjeção e projeção contribuem para a interação com objetos externos e internos, e esta interação permite tanto a construção de um mundo interno como modela a experiência com o mundo externo. Melanie Klein define o mundo interno em termos de:

“Relações e acontecimentos internos e é o produto dos próprios impulsos, emoções e fantasias do bebê. Sem dúvida esse mundo é profundamente influenciado pelas boas e más experiências do bebê, provindas de fontes externas. Mas, ao mesmo tempo, o mundo interno influencia sua percepção do mundo externo de uma maneira não menos decisiva para seu desenvolvimento.” (Klein, 1955, p. 170).

Este duplo processo nunca perde sua importância na relação do indivíduo com o mundo à sua volta. Para Imbasciati “o conceito de objeto interno e o respectivo conceito de fantasia constituem um modo de descrever os afetos” (1998, p. 31). Os símbolos são o produto da transformação das experiências afetivas e sensoriais que correspondem aos vários elos que estabelecem a relação com a realidade, compõem o mundo interno e o tecido da fantasia inconsciente.

3

O símbolo no desenvolvimento emocional primitivo – a perspectiva kleiniana.

A obra de Melanie Klein representou para a psicanálise a criação e renovação do pensamento freudiano, sem romper com os seus alicerces. Seus textos abordam “camadas muito complexas e obscuras do psiquismo” (Cintra e Figueiredo, 2004). Melanie Klein era uma “outsider” (Idem, p. 202), não pertencia a nenhum grupo psicanalítico e, desta forma, desbravou novos caminhos na investigação psicanalítica, tais como a formulação de uma técnica psicanalítica de atendimento a crianças pequenas e com graves comprometimentos psíquicos.

As contribuições teóricas de Melanie Klein tinham a característica distintiva de partirem primordialmente de seu trabalho clínico. Valorizava a observação, utilizando-a como instrumento privilegiado para a condução de sua teoria. Cintra e Figueiredo destacam sua capacidade intuitiva e seu contato direto com os pacientes como “fenômenos que levavam a dianteira sobre a capacidade de construção racional e sistemática de conceitos” (Idem, p. 51). Cintra e Figueiredo apontam para a importância de fazer a distinção entre a criança e o infantil, para uma compreensão da psicanálise kleiniana. Seus estudos oscilam entre um enfoque sobre a dimensão atemporal do infantil na criança, no adolescente e no adulto e; outro enfoque sobre os processos e etapas do desenvolvimento. Estes autores afirmam que na perspectiva kleiniana “a dimensão histórica nunca se descola da dimensão dinâmica e estrutural” (2004, p. 54).

Sua teoria sobre os fundamentos da capacidade de simbolização, tal como todo seu sistema teórico, foi sendo construído par e passo com sua prática clínica. Klein dispensou,

então, atenção meticulosa à transferência que se revelava pela técnica do brincar, forma de expressão privilegiada nas crianças. Logo descobriu que estas, tais como os adultos, estabeleciam transferência tanto positiva quanto negativa e que a base desta transferência era a projeção para o analista do mundo interno e das imagens internas da criança. Klein aproxima-se do brincar na clínica de modo similar ao trabalho de Freud com os sonhos e com a associação livre dos pacientes adultos. Compreende o brincar como a linguagem simbólica privilegiada das crianças e uma forma de expressão de experiências, conflitos, desejos e fantasias. Destaca:

“Mas temos que considerar o uso de símbolos de cada criança em conexão com suas emoções e ansiedades particulares e em relação com a situação total que é apresentada na análise. Meras traduções generalizadas de símbolos não têm sentido.” (M. Klein, 1955, pg. 166).

De acordo com Susanne Langer, em “A filosofia em nova chave”, o simbolismo é o material do pensamento. Partilhando desta perspectiva, Melanie Klein (1930) afirma que os processos simbólicos estão na base de todas as atividades expressivas humanas e, nos fundamentos da criatividade e da sublimação. Os processos simbólicos são compreendidos como fundamentais para a emergência do pensamento verbal, da linguagem, bem como de todas as manifestações artísticas e científicas. Ferenczi, em “Ontogênese dos símbolos”, afirma:

“Assim se estabelecem às relações profundas, persistentes a vida inteira, entre o corpo humano e o mundo dos objetos, a que chamamos relações simbólicas. Nesse estágio, a criança só vê no mundo reproduções de sua corporalidade e, por outro lado, aprende a figurar por meio de seu corpo toda a diversidade do mundo externo.” (Ferenczi, 1992, p. 105)

Melanie Klein ao concluir que todas as atividades possuem significação simbólica, desenvolve a idéia de Ferenczi na qual é a identificação com os objetos primordiais e com o próprio corpo e seu

funcionamento que permite o interesse por coisas e processos do mundo externo. Klein acrescenta que esta significação simbólica é o motivo pelo qual, certas atividades dão prazer ou são inibidas.

O tema do simbolismo foi desenvolvido pela primeira vez na obra de Klein, em seu artigo “O papel da escola no desenvolvimento libidinal da criança” (1923). Neste trabalho, discute “como as atividades escolares são canais para o fluxo da libido e que, desse modo, as pulsões componentes são sublimadas sob a supremacia dos órgãos genitais” (p. 95). Afirma que a escola e o aprendizado estão desde o início libidinalmente determinados para todos, pois suas exigências obrigam a criança a sublimar suas energias pulsionais libidinais. A partir da análise de crianças, Klein extrai os significados libidinais associados a cada uma das atividades ligadas a escola. Os significados individuais dados por cada criança sobre um determinado aspecto da vida escolar (ex: caminho até a escola, o colégio em si, os professores e as atividades exercidas) estavam ligados a fantasias inconscientes sobre o coito dos pais e a masturbação e, as inibições, frequentemente associadas à ansiedade de castração. Sobre Fritz, um menino de quase sete anos, relata que ele associava o gesto de fazer o ponto do “i”, assim como o gesto de fazer o ponto final, a uma introdução do pênis. Quando o menino lhe disse uma vez que era preciso fazer força no ponto final, simultaneamente levantou e comprimiu a pélvis para demonstrar em movimento o que queria dizer. Grete, uma menina de nove anos, associava a curva da letra “u” à curva na qual via os menininhos urinarem.

Em “A análise de crianças pequenas” (1923), Melanie Klein afirmou que todas as vezes que a ansiedade era manifestada e resolvida, as inibições das atividades eram superadas e o prazer primário ligado àquela atividade era restabelecido. Buscou privilegiar, no trabalho analítico, as angústias que emergiam durante o curso das análises e compreendeu que a verbalização destas angústias levava tanto ao progresso na análise quanto ao progresso

no desenvolvimento normal. Discutiu, a partir desta premissa, como a repressão precoce dos interesses sexuais levava às diversas inibições de atividades escolares.

Klein faz uma importante distinção entre a sublimação e a formação de sintomas. Considerando a identificação como um estágio preliminar da formação de símbolos, estará presente tanto nos processos de sublimação quanto na formação dos sintomas. Segundo Klein, a identificação é o que permite ao histérico realizar o deslocamento da libido de uma zona erógena para uma outra parte do corpo. Nos sintomas, a equação é: identificação – formação de símbolos – fixação. No processo de sublimação, a identificação e a formação de símbolos também ocorrem, mas ao invés do investimento libidinal fixar-se e sofrer repressão, é tomado por uma atividade ou tendência do ego e assim, pode ser descarregado e, posteriormente, transformar-se em um talento:

“Quando recebem esse tipo de representação, as fixações são despidas de seu caráter sexual; elas se tornam consonantes com o ego e, caso a sublimação seja bem sucedida – isto é, caso as fixações se fundem a uma tendência do ego – não são reprimidas.” (Klein, 1923, p. 111).

Klein compreende que um dos fatores determinantes para o sucesso da sublimação é que as fixações não sofram repressão muito cedo, já que isto significa um obstáculo à possibilidade de desenvolvimento. Para Klein, a fixação que dá origem ao sintoma estaria a caminho da sublimação caso não fosse impedida pela repressão. É a repressão que retém o caráter sexual da situação prazerosa e impede que a mesma seja fundida com a tendência do ego. Esta primeira distinção entre o uso dos símbolos na formação dos sintomas e na sublimação é precursora da distinção feita por Hanna Segal, posteriormente, entre as equações simbólicas e os símbolos propriamente ditos.

Em “A importância da formação de símbolos no desenvolvimento do ego” (1930), suas idéias sobre o simbolismo se complexificam, a partir do relato do clássico atendimento a um menino de quatro anos, chamado Dick. Este menino apresentava uma extraordinária inibição do desenvolvimento do ego e, em termos intelectuais e de vocabulário, encontrava-se no mesmo nível de uma criança de 18 meses. Assim, Klein resume seu quadro clínico:

“Ele se caracterizava por ausência quase total de afeto e ansiedade, considerável afastamento da realidade, inacessibilidade, falta de ligações emotivas, comportamento negativo em alternância com sinais de obediência automática, indiferença à dor, repetição – sintomas típicos da esquizofrenia.” (Id. P. 263).

O menino era indiferente à maioria dos objetos e brinquedos à sua volta, com exceção de um interesse em trens, estações, maçanetas e portas. Empregava seu pobre vocabulário de forma incorreta e, junto à insensibilidade a dor, não apresentava o desejo de ser reconfortado e receber um pouco de carinho. Melanie Klein acreditava em um diagnóstico de esquizofrenia, e Hanna Segal (1955) sugeriu a hipótese de autismo para esta criança. No entanto, o foco de discussão deste caso, para além do diagnóstico, referia-se a origem da ansiedade e da forte e prematura defesa erigida contra o sadismo que impediu o normal desenvolvimento do ego.

Melanie Klein afirma que o sadismo se torna ativo, em um estágio do desenvolvimento inicial que coincide com os impulsos sádico-orais de devorar o seio da mãe e, termina no início do estágio anal. Para Klein, o sadismo tem importante papel na transferência do interesse dos objetos primordiais para objetos substitutos. A ansiedade gerada pelo desejo de investigar o corpo da mãe leva a criança a deslocar seu interesse para objetos do mundo exterior, dotando-os de significado simbólico. No entanto:

“O excesso de ansiedade ou a falta dela levam a um bloqueio do processo de simbolização; para que ele funcione bem, é preciso que haja níveis menores, mas não muito baixos, de ansiedade, e uma capacidade de suportá-la, o que, nos primeiros tempos, envolve a presença de uma mãe capaz de fazer o papel de *ego auxiliar*” (Cintra e Figueiredo, 2004, p. 73).

Em condições suficientemente boas, gradualmente, o relacionamento com objetos parciais se estende para o corpo inteiro da mãe, que é sentido como extensão do seio e cuja relação é marcada por intensa curiosidade e ambivalência. Desta forma, os impulsos sádico-orais em direção ao seio, deslocam-se para o desejo de investigar o corpo materno e evoluem para o desenvolvimento da curiosidade, em um processo contínuo de formação de símbolos.

No caso Dick, segundo Klein, a análise revelou um precoce investimento libidinal da zona genital e, como consequência, uma identificação igualmente precoce com o objeto alvo da agressividade. O que contribuiu para uma defesa igualmente prematura contra o sadismo. Desta forma, o ego se viu impedido de desenvolver a vida de fantasia e de prosseguir através das identificações, o seu percurso de formação de símbolos. Neste caso, a formação de símbolos estando imobilizada, não pode servir de base para o desenvolvimento da vida de fantasia e da relação com a realidade e com o mundo a sua volta. Permaneceram apenas interesses restritos e quase nenhuma relação de objeto.

Jones enfoca o princípio do prazer para compreender o papel desta busca de semelhanças, já que segundo ele, a apreciação de semelhanças facilita a assimilação de novas experiências. No entanto, Klein vai mais além e afirma que não só o interesse libidinal desencadeia o mecanismo de identificação, mas a ansiedade seria importante precursora do simbolismo. Esta ansiedade deve-se a impossibilidade real de satisfazer-se diretamente com os objetos primários e, também, ao medo da própria agressividade contra estes

e da conseqüente retaliação. Transfere-se, então, o interesse para objetos menos atacados e por isso menos ameaçadores. Klein concebia a ansiedade e a culpa, provenientes dos impulsos sádicos, como agentes motores da formação de símbolos. Assim, os símbolos não são dados, mas criados dinamicamente com o incentivo da ansiedade, estando sujeitos, portanto, a malformações e à inibição. Melanie Klein afirma que:

“A suspensão total ou parcial da relação simbólica que o indivíduo é capaz de fazer com coisas e objetos, compromete o desenvolvimento da vida de fantasia deste indivíduo e da sua relação com a realidade” (1930).

Assim, o retraimento da capacidade de formação de símbolos, ao inibir a relação do sujeito com o mundo externo e com seu próprio mundo interno, encontra-se na origem dos mais profundos sofrimentos psíquicos.

3.1. Os símbolos e as equações simbólicas:

Hanna Segal (1955), em “Notas sobre a formação de símbolos”, a partir dos alicerces teóricos kleinianos, desenvolve uma teoria original sobre a formação de símbolos na qual articula os aspectos pré-simbólicos e simbólicos às posições esquizo-paranóide e depressiva, respectivamente. Tal como desenvolve S. Langer sobre a participação de três elementos para o uso de símbolos (2004, p. 70), Segal afirma que a simbolização consiste em uma relação entre três termos: a coisa simbolizada, aquilo que funciona como um símbolo e a pessoa para quem um representa o outro. Ou seja, o simbolismo seria uma relação entre o ego, o objeto e o símbolo, originando-se simultaneamente às relações de objeto e transformando-se de acordo com as alterações nas características e funções das relações entre o ego e os objetos. “A formação simbólica

corresponde a uma atividade do ego tentando lidar com as ansiedades mobilizadas pela sua relação com o objeto”. (Segal, 1955, pg.170).

Melanie Klein pressupôs a existência de uma relação de objeto desde o nascimento. Para Klein, esta relação inicial do bebê se dá com objetos parciais, primordialmente, o seio da mãe.

“Minha hipótese é que a criancinha possui uma percepção inconsciente inata da existência da mãe. Sabemos que animais de pouca idade de imediato se voltam para a mãe e buscam nela seu alimento. O animal humano não é diferente nesse sentido, e esse conhecimento instintivo constitui a base da relação primária da criancinha com a mãe.” (Klein, 1971, p.3).

Esta afirmação coincide com a perspectiva atual de Trevarthen, Stern, Tomasello que afirmam que os bebês trazem de forma inata, o interesse para relacionar-se com outros da mesma espécie. Pesquisas mostraram a busca ativa de bebês recém-nascidos por rostos humanos.

Compartilha com Winnicott a idéia de um ego arcaico não-integrado, no início da vida mental, afirma que uma das funções vitais deste ego, também encontrada no ego adulto, é a função de lidar com a ansiedade. Klein atribui a este ego arcaico uma tendência à integração que se alternaria a uma tendência à desintegração, consistindo em flutuações inerentes aos primeiros meses de vida. As experiências em que o amor predomina contribuiriam para os processos de integração, enquanto que as experiências de frustração e ódio contribuiriam para a desintegração tanto do ego quanto do objeto. Esta primeira relação de objeto é fonte de ansiedade que, segundo Klein, provém “da operação da pulsão de morte dentro do organismo (...) e de outras fontes tais como o trauma do nascimento (ansiedade de separação) e a frustração de necessidades corporais” (1946, p. 24). Ao lidar com a ansiedade, o ego arcaico lança mão de mecanismos de defesa primitivos, tais como os mecanismos de cisão, introjeção e projeção.

O conjunto destas experiências primitivas, cuja ansiedade predominante é a ansiedade persecutória, foi nomeado pela primeira vez em seu trabalho “Notas sobre alguns mecanismos esquizóides” como posição¹ esquizo-paranóide. Caracteriza-se pelo domínio do pensamento onipotente, diferenciação incipiente entre o ego e o objeto, precário sentido de realidade e as satisfações pulsionais são freqüentemente alucinadas. O conceito de ausência não se constituiu e quando a experiência da presença do objeto bom não se realiza, a fantasia correspondente é da experiência com um objeto mau. O mecanismo de defesa preponderante é a identificação projetiva. Através desta, o bebê projeta partes de si no objeto e torna-se identificado com o mesmo.

Em uma relação dialética com a posição esquizo-paranóide, Klein desenvolveu a concepção de posição depressiva, uma de suas maiores contribuições à teoria psicanalítica. Caracteriza-se por uma maior diferenciação entre ego e objeto, permitindo a emergência dos símbolos propriamente ditos. O objeto passa a ser reconhecido como inteiro e alvo tanto do amor quanto do ódio, gerando o sentimento de ambivalência. A relação do ego com o objeto torna-se fortemente marcada pela culpa, medo ou experiência real de perda e por esforços em direção à reparação do objeto. Neste momento pode surgir espaço para a simbolização, já que a diferenciação eu/objeto permite a percepção da perda do objeto e a busca por representantes simbólicos do mesmo.

Hanna Segal, a partir da teoria das posições esquizo-paranóide e depressiva, procura discriminar a qualidade dos símbolos que compõem os sintomas, dos símbolos presentes nos sonhos, pensamento verbal e atividades criativas. Distingue dois tipos de simbolização: a equação simbólica e a representação

¹ As posições consistem em organizações psicológicas que determinam formas de atribuir significado à experiência. No entanto, deve-se destacar que o conceito de posições refere-se não apenas a estágios maturacionais, mas inclui a idéia de atemporalidade, estando sempre presente nas diferentes dimensões da experiência (Thomas Ogden, 1996).

simbólica. Segundo Segal, as primeiras projeções e identificações, que constituem as primeiras relações de objeto, coincidem com o início do processo de formação de símbolos. Estes primeiros símbolos são sentidos pelo bebê como sendo o próprio objeto original correspondendo a “equações simbólicas” e as bases do pensamento esquizofrênico. Em termos afetivos, a equação simbólica é usada para negar a ausência do objeto ideal ou para controlar um objeto sentido como persecutório. O símbolo propriamente dito, segundo Segal, representa o objeto ao invés de ser confundido com este. Para isso, é preciso que a diferenciação entre ego e objeto tenha se efetuado, processo que se dá através das relações de objeto características da posição depressiva.

Para ilustrar a diferença entre a formação e o uso de símbolos motivados por ansiedades esquizo-paranóides ou motivados por ansiedades depressivas, Segal relata dois fragmentos de casos clínicos. No primeiro exemplo, um paciente psicótico internado, desde o desencadeamento de uma crise, parou de tocar violino. Quando perguntado sobre o motivo que o levou a parar, respondeu violentamente: “Você espera que eu me masturbe em público?”. Um segundo paciente neurótico, atendido no consultório, relatou ter sonhado que tocava violino em público, o que representava fantasias masturbatórias. No entanto, estas fantasias não interferiam no ato sublimatório de tocar violino, como ocorria no primeiro caso. Para o paciente psicótico, o violino *é* o pênis e tocar em público *é* masturbar-se; e para o paciente neurótico o símbolo representa o objeto, mas não está equacionado a ele.

Segundo Segal, a teoria de Ernest Jones exclui a maior parte do que é chamado de “símbolo” em outras ciências e na linguagem cotidiana. Apesar de construir seus desenvolvimentos teóricos sobre o tema a partir da teoria deste autor, diverge no ponto em que ele exclui uma qualidade de sublimação dos afetos no “simbolismo verdadeiro”. Para Segal, a representação simbólica surge quando os “sentimentos depressivos predominam sobre os

esquizoparanóides e quando a separação do objeto, a ambivalência, a culpa e a perda podem ser vivenciadas e toleradas” (Segal, 1991), estando, então, disponível para sublimação e propiciando o desenvolvimento do ego. A função do simbolismo se desloca, então, de uma função de negação da realidade e controle do objeto para uma função de superação da perda, ou seja, torna-se um precipitado do luto pelo objeto.

Segundo Segal, a capacidade de simbolizar e, portanto, de executar uma reparação simbólica e mental é uma consequência da elaboração da posição depressiva:

“Na posição depressiva o ego passa a se preocupar cada vez mais em salvar o objeto de sua agressão e possessividade. Esta situação é um estímulo poderoso para a criação de símbolos. O símbolo é necessário para deslocar a agressividade do objeto original e, desta forma, diminuir a culpa e o medo da perda”. (Segal, 1981, pg. 173).

No âmbito da teoria das relações de objeto, o uso que é feito do objeto é indicativo sobre a realidade psíquica de cada sujeito e sobre sua capacidade de simbolização. Em termos comparativos, os dois pólos extremos do tipo de simbolização são os usos de objetos transicionais versus o uso de objetos autistas. O primeiro coincide com o surgimento do primeiro símbolo e, o segundo destaca uma relação de objeto que se dá na ausência da formação de símbolos.

3.2.

Objetos transicionais versus Objetos autistas (ou Objetos sensação):

No caminho que conduzirá à formação de símbolos no desenvolvimento típico, há a relação com os objetos transicionais. Este conceito, desenvolvido por D. W. Winnicott, consiste em “objetos reconhecidos pela criança como não-eu, localizados na área

intermediária de experiência entre o polegar e o ursinho, entre o erotismo oral e a verdadeira relação de objeto” (1971, p. 14). Nesta área intermediária de experimentação, contribuem tanto a realidade interna quanto a externa e interagem o subjetivo e o objetivamente percebido. Para Winnicott, tanto quanto para Segal, o simbolismo implica a clara distinção entre fantasia e fato, entre objetos internos e externos. Os objetos e fenômenos transicionais estariam na base do simbolismo propriamente dito, já que introduzem experiências de diferenças e semelhanças. Winnicott afirma:

“Creio que há uso para um termo que designe a raiz do simbolismo no tempo, um termo que descreva a jornada do bebê desde o puramente subjetivo até a objetividade, e parece-me que o objeto transicional é o que percebemos dessa jornada de progresso no sentido da experimentação” (Winnicott, 1971, p. 19).

Em “O destino do objeto transicional” (2000), Winnicott afirma que o objeto transicional é o primeiro símbolo, pois se encontra em várias linhas de transição. A primeira delas refere-se a passagem do relacionamento com um objeto subjetivo para a relação com objetos objetivos. No início, qualquer objeto que se relaciona com o bebê é criado por este. Essa experiência de ilusão de criar o mundo, vivida pelo bebê, só é possível pela “mãe suficientemente boa” que oferece o objeto real no momento em que este é alucinado pelo bebê. O tornar real a alucinação e a criação de um espaço potencial entre a mãe e o bebê dão início à capacidade de utilizar símbolos, assim “o símbolo é, ao mesmo tempo, tanto a alucinação quanto uma parte objetivamente percebida da realidade externa” (Idem, p. 44).

A segunda transição que se processa a partir do uso de objetos transicionais refere-se à passagem da criação onipotente dos objetos externos para o reconhecimento de que existem fenômenos que se acham fora do próprio controle pessoal. O objeto transicional faz parte tanto do bebê quanto da mãe, e assim, adquire uma nova condição de posse. Neste ponto, o objeto transicional diferencia-se

mais claramente do conceito de objeto interno elaborado por M. Klein, ao referir-se mais a uma possessão. “O objeto interno do bebê é o modo que ele tem de representar o mundo, portanto, a unidade operativa da sua cognição” (Imbasciati, 1998, p. 30). Assim, o objeto interno distingue-se do objeto transicional, pois:

“O bebê pode usar um objeto transicional quando o objeto interno está vivo, e é real e suficientemente bom (não muito persecutório). Mas esse objeto interno depende, quanto a suas qualidades, da existência, vitalidade e comportamento do objeto externo” (Winnicott, 1951, p. 24).

O objeto transicional não está sob controle mágico como o objeto interno, mas também não está fora de controle como o objeto externo, e por isso, pertence a um espaço potencial, a área do brincar e da criatividade.

Uma terceira transição que se dá no processo de uso dos objetos transicionais refere-se ao desenvolvimento da coordenação e do gradual enriquecimento da sensibilidade, paralelo ao desenvolvimento dos sentidos do olfato, tato, paladar e etc. Neste desenvolvimento que ocorre a partir dos fenômenos transicionais, há “o início da capacidade de sentimentos afetuosos, com o relacionamento instintual direto mergulhando na repressão primária” (Winnicott, 2000, p. 46). Winnicott afirma que o uso de um objeto transicional pelo bebê está unido a seu funcionamento corporal, e apenas através deste, o objeto pode ter algum significado para o bebê. Este aspecto do uso de um objeto transicional enfatiza a idéia freudiana de que o desenvolvimento do ego se baseia em um ego corporal, no início.

Frances Tustin estabeleceu uma categoria nova: os objetos autistas ou objetos-sensação. Segundo Tustin, o autismo psicogênico é um estado dominado pelas sensações e os objetos autistas são objetos dominados por sensações e, por isso, não têm uma fantasia associada. O objeto-sensação é usado de forma estereotípica e ritualizada, servem como exemplos claros e extremos da ausência da capacidade simbólica. Caracterizam-se por serem

usados de forma idiossincrática pela criança, pois estas ignoram o significado e função convencional destes objetos. Por exemplo, um carrinho não será usado para andar no chão ou sobre a mesa de brinquedos, mas, no caso de uma criança autista atendida por Tustin, o carrinho era pressionado na palma da mão, e parecia tornar-se “um objeto extra forte de seu corpo” (Tustin, 1990, p. 86).

Como o que está em jogo para estas crianças é a sensação conseguida a partir do contato com estes objetos, outros objetos com as mesmas características podem substituí-los com facilidade:

“Se um objeto autista desaparece, a criança fica angustiada como se tivesse perdido uma parte de seu corpo, mas o objeto é logo substituído por um outro que é experimentado como sendo o mesmo” (Tustin, 1990, p. 87).

Os objetos autistas são classificados como “possessões-eu” em contraste a categoria de “possessão não-eu” dos objetos transicionais. Sua função é a de “proteção e espaço do perigo” (Idem). O uso de objetos autistas não exerce, então, as funções de transição que favorecem o uso de símbolos, pertencendo assim a uma dimensão assimbólica. A criança autista vive em um mundo dominado por sensações onde as experiências intersubjetivas, que permitem a transformação destas sensações em símbolos, estão impedidas.

O estudo sobre as causas do autismo pode ajudar a dimensionar o quanto à experiência intersubjetiva é vital para o desenvolvimento do self e, como a consciência deste self e o pensar compartilham origens comuns. Peter Hobson, psicanalista e pesquisador que atua na Tavistock Clinic em Londres, em “The cradle of thought” (2004), afirma que o autismo representa uma imagem negativa de como estas experiências sociais incidem nas origens do pensamento. Segundo Hobson “o que o autista perde em

capacidade de pensamento, é o que as relações interpessoais provêm para o resto de nós” (2004, p. 184). Para Hobson, e outros autores (Tomasello, 2003) que trabalham com a noção funcional de “teoria da mente”, a habilidade de pensar e saber sobre a mente é uma habilidade que provê a base para certas formas de ajustamento ao pensamento dos outros, o que é fundamental para as experiências intersubjetivas que permitem o desenvolvimento do pensamento e da linguagem. Precocemente na vida, a criança com autismo teve uma falha em conectar com pessoas mentalmente, e este fato limitou a sua compreensão das mentes. Assim, o padrão de habilidades e desabilidades no autismo é o resultado de um prejuízo seletivo em áreas do pensamento às quais a experiência social é essencial.

Hobson afirma que apesar da aparelhagem com que viemos ao mundo, todos precisamos proceder através de um caminho para adquirir a capacidade de pensar. Este caminho envolve um equipamento mental que permita experienciar outra pessoa como uma *pessoa* para efetuar o desenvolvimento. A síndrome do autismo surge porque há um rompimento na experiência da criança com padrões interpessoais de relacionamentos com outras pessoas, significa que o autismo é o resultado de uma desordem do sistema criança-em-relação-ao-outro em uma fase muito precoce do desenvolvimento. Certos tipos de danos cerebrais podem interferir na habilidade do bebê em experienciar “outra pessoa como outra pessoa”. Assim, em qualquer caso particular de autismo, seja por danos orgânicos ou psicogênicos, há uma combinação de fatores que juntos causam uma severa limitação na experiência da criança com outras pessoas no interjogo de padrões emocionais de relacionalidade (Idem, 2004).

O ponto crucial é que, qualquer que seja a combinação de déficits inatos da criança ou deficiências do ambiente, a experiência da criança com outras pessoas foi comprometida. Estas pesquisas parecem comprovar algumas teorias psicanalíticas

inferidas da clínica. Frances Tustin (1990) afirmou que o autismo surgia da consciência prematura de diferenciação entre o eu e o outro. A experiência de diferenciação era vivida de forma intrusiva numa fase em que o bebê estaria buscando experiências de fusão que proporcionassem o sentimento de “continuidade do ser”. A percepção precoce da existência de um outro separado seria geradora de uma catástrofe psicológica em algumas crianças. Sobre o atendimento de um menino autista, Tustin relata que ele pode representar estas experiências catastróficas, após longo e intenso trabalho psicanalítico, como um “buraco negro”. Uma vez que sua boca não foi diferenciada do seio, a ausência prolongada deste provoca a sensação de um “buraco” também na sua boca (1990, p. 69). A sensação precoce de diferenciação no bebê corresponde à sensação de perda de uma parte de si, e assim, os relacionamentos seriam vividos como catastróficos levando a criança a proteger-se deles.

Apesar de alguns autores como Meltzof e Trevarthen conceituarem uma intersubjetividade presente desde o nascimento, enquanto psicanalistas como Tustin, Bick e Winnicott, por exemplo, estabeleceram um período onde experiências de fusão entre o bebê e seu cuidador seriam imprescindíveis, não há uma barreira intransponível ao diálogo. Na verdade, a questão diferenciação/indiferenciação implica em um pensamento dialético sobre a experiência do bebê, segundo Thomas Ogden (1996). Estas experiências criam-se mutuamente e, só pode haver uma vivência de indiferenciação se tiver havido uma vivência de diferenciação e vice-versa.

Considerando que para se formar símbolos deve-se preservar a distinção entre o símbolo e aquilo que é simbolizado, a diferenciação gradual entre self e objeto torna-se um dos pilares para a formação de símbolos:

“Não manter um mundo externo e um mundo interno separados significa igualar nossas projeções ao estado mental do objeto externo (...). Da mesma forma, sentimos que o estado mental do objeto externo pode invadir, controlar e alterar a nossa.” (Caper, 2002, p. 143)

Deve haver, progressivamente, desde o nascimento um direcionamento para a realidade, no sentido de “um contato com um objeto diferente do self, e com um self diferente do objeto” (Caper, 2002, p. 112). A confusão prolongada entre self e objeto tem efeito tão catastrófico para formação de símbolos quanto a precoce consciência de diferenciação. Por este motivo, discutiremos algumas hipóteses sobre as experiências sensoriais primitivas que precedem e contribuem para a constituição das fronteiras psíquicas e, conseqüentemente, para a formação de símbolos.

3.3.

A constituição das fronteiras psíquicas:

No bebê recém nascido não há uma vivência psíquica de distinção clara entre seu próprio corpo e o de sua mãe. Esta distinção, não apenas entre corpos, mas também entre psique e soma vai ocorrendo a cada minuto de interação entre mãe e bebê. O tema da constituição das fronteiras psíquicas, a partir das experiências sensoriais e emocionais primitivas, remete ao período do narcisismo primário. Em “Sobre o narcisismo” (1915), Freud afirma que:

“Uma unidade comparável ao ego não pode existir no indivíduo desde o começo; o ego tem de ser desenvolvido. As pulsões auto-eróticas, contudo, estão ali desde o início, sendo, portanto, necessário que algo seja adicionado ao auto-erotismo – uma nova ação psíquica – a fim de provocar o narcisismo”.

Este sub-capítulo tem como objetivo discutir algumas hipóteses sobre estas experiências precoces que geram as ações psíquicas necessárias para a constituição de um narcisismo primário.

A noção das sensações corporais como constitutivas do ego em seu início estava presente desde os primórdios da psicanálise. Freud afirma:

“O ego é primeiro e a cima de tudo, um ego corporal, ou seja, o ego deriva das sensações corporais, principalmente, das que se originam da superfície do corpo. Ele pode ser encarado como uma projeção mental da superfície do corpo, além de representar as superfícies do aparelho mental” (Freud, 1923, p. 39).

Esther Bick e Frances Tustin contribuíram para a compreensão do processo de constituição das fronteiras psíquicas, a partir das experiências sensoriais que ocorrem nas relações de objeto primordiais.

O trabalho de Esther Bick aponta para uma fase ainda mais primitiva no desenvolvimento que a posição esquizo-paranóide, desenvolvida por Klein, na qual poderíamos identificar as origens da concepção de espaço interno e externo. A autora propõe a existência de experiências de não-diferenciação entre o ego incipiente e o objeto, que antecederiam as experiências de cisão primária da posição esquizo-paranóide. Afirma que apenas a partir destas experiências podem-se imaginar as operações de cisão descritas por Melanie Klein, já que estas pressupõem uma precária diferenciação entre ego e objeto predominantemente obscurecida pelo uso intenso da identificação projetiva.

Este período de não-diferenciação implica na pressuposição de que a personalidade não existe como um todo no início. Ou seja, de acordo com Esther Bick, a experiência é vivida pelo bebê como partes não conectadas entre si e, portanto devem ser mantidas unidas por algo que exerça esta função. A pele é sentida como determinando este limite:

“Mas esta função interna de conter as partes do self depende, inicialmente, da introjeção de um objeto externo, sentido como capaz de cumprir esta função. Mais tarde, a identificação com esta função do objeto substitui o estado não-integrado e dá origem à fantasia de espaços internos e externos”. (Bick, 1967).

Estas experiências, segundo Bick, se dão no contexto da amamentação, cujo “objeto ótimo é o mamilo na boca, a mãe que segura a criança, fala com ela e tem um cheiro familiar” (Idem). O conjunto destas experiências sensoriais facilitará o processo de introjeção desta função continente, a qual é sentida concretamente como uma pele que irá conter o ego e o objeto.

Frances Tustin compreendeu os estados primitivos da vida psíquica, a partir de seu trabalho com adultos e crianças autistas. Identificou também em adultos neuróticos, áreas da personalidade denominadas “cápsulas autistas”. Estes pacientes, segundo ela, apesar de manterem certo grau de adaptação, conviviam com um “senso tênue de existência”, caracterizado por uma sensação de “irrealidade” e de que “a vida seria apenas um sonho” (Tustin, 1990). Ao discutir sobre os estágios primitivos do desenvolvimento, Tustin afirma que a primeira “imagem”¹ corporal proprioceptiva define-se por ser de natureza fluida, e que o papel que estas primeiras sensações desempenham para o estabelecimento de um senso de existência é fundamental para um senso de “eu”. Sendo assim, a princípio, antes mesmo da experiência de sentir-se contido pela pele, o “eu sentido” é experimentado em termos de líquidos e gases. Esta hipótese foi construída a partir do relato de pacientes adultos que utilizaram imagens de suas experiências posteriores de fala para comunicar sensações e estados corporais primordiais não verbais. Segundo a autora, “não é surpreendente já que os bebês

¹ Tustin afirma que: “O termo “imagem” para esses estados primitivos é um pouco inapropriado uma vez que a criança, neste estágio, é incapaz de imaginar. Esses estados primitivos parecem ser um repertório de sensações relativamente descoordenadas que são mais sentidas que imaginadas” (Tustin, 1990).

recém-nascidos emergem de um meio líquido e sua primeira alimentação e excreção estão associadas com gases e líquidos” (Tustin, 1990).

Citando Spitz, salienta que é como se o recém-nascido tivesse que fazer uma adaptação de ser uma criatura da água para ser um habitante da terra seca. No entanto, em seus estados fluidos, são dominados por terrores fantasmas e inomináveis que podem ser equacionados ao temor de explodir ou vazarem através de buracos. Nestes momentos de terror, os objetos-sensação assumem a função defensiva de bloquear os buracos através dos quais, o “eu sentido” pode vazar ou irromper. No entanto, tal como na experiência de constituição da função continente da pele descrita por Esther Bick, as identificações com situações externas reguladoras (ou seja, os cuidados fisiológicos e afetivos) permitem a constituição da representação de um “sistema de canos”. Os cuidados maternos criariam o sentido de ser capaz de controlar o fluxo de fluidos corporais e, assim, tornam-se um dos precursores de uma consciência transitória de “eu” e “não-eu”.

Todos estes desenvolvimentos sobre as experiências sensoriais primitivas desenvolvidos por Esther Bick e Francês Tustin repercutiram para a concepção de Thomas Ogden de uma posição autística-contígua. Ogden afirma que o conceito de posição autística-contígua (1989), consiste em uma organização psicológica mais primitiva do que a posição esquizo-paranóide e depressiva elaboradas por Melanie Klein e têm em comum com estas, o fato de se referirem a “posições” mais do que a etapas no desenvolvimento. Tal como as organizações psicológicas esquizo-paranóide e depressiva, a posição autística-contígua define-se por determinados tipos de ansiedade, formas de defesa e tipos específicos de relações de objeto. Todas possuem uma relação dialética entre si, ou seja, nenhuma delas ocorre isoladamente, mas, criam-se, preservam-se e negam-se umas às outras. No entanto, há momentos no

desenvolvimento normal em que uma delas torna-se preponderante sobre as outras. Assim, a posição autística-contígua também se faz presente de forma dialética, como mais uma dimensão da experiência, e assim:

“O modo autístico-contíguo é um modo pré-simbólico de gerar experiência, preponderantemente sensorial, que provê um bom grau de vinculação da experiência humana e o início do sentimento de lugar onde se produz essa experiência.” (Ogden, 1989, pg. 341).

Segundo Ogden, a palavra “autística” foi escolhida, pois ele identificou nas formas patológicas de autismo uma “versão hipertrofiada dos tipos de defesa, formas de atribuir sentido à experiência e modos de relações objetais característicos da organização autística-contígua normal” (1989, p.343). Afirma que esta escolha não se refere a um sistema psicológico patológico fechado, como pode subentender-se do termo autismo. Por este motivo acrescentou o termo “contíguo”, pois, significa a antítese desta idéia de isolamento e desconexão e, aponta, sim, para a idéia de superfícies que se tocam. Desta forma, este conceito de posição autística-contígua implica a idéia de algum tipo de relacionalidade desde o início. E, são estas experiências sensoriais de contiguidade da superfície da pele, por exemplo, da face do bebê ao tocar o seio da mãe, que produzem os rudimentos da experiência do self.

“Apesar de o autismo patológico ser considerado um reino assimbólico, o modo autístico-contíguo normal é “pré-simbólico”, já que as unidades fundamentalmente sensoriais da experiência que estão sendo organizadas são preparatórias para a criação de símbolos mediados pela experiência do fenômeno transicional” (Ogden, 1989, p. 348).

A organização e significação destas “unidades fundamentalmente sensoriais da experiência” ocorrem através da função materna composta pelos cuidados fisiológicos e engajamento

afetivo. W. R. Bion conceituou como capacidade de *reverie*, esta função que permite a transformação das experiências sensoriais e emocionais, em experiências que possam ser significadas e portanto, contidas psiquicamente.

3.4.

O processo de transformação das experiências sensoriais em símbolos: a função alfa.

Após a discussão sobre a constituição das fronteiras psíquicas no contexto das relações de objeto iniciais, o campo para emergência dos símbolos se faz presente. Dicotiremos os conceitos que compõem a “teoria do pensar” desenvolvida por W. R. Bion, tal como: a capacidade de *reverie*, os elementos beta, elementos alfa e a função alfa, por corresponderem a conceitos “chave” para uma articulação psicanalítica sobre a constituição intersubjetiva da capacidade simbólica.

Wilfred Bion nasceu em 1897, em Mutra, na Índia, onde seu pai era engenheiro e administrador. Aos oito anos de idade foi estudar na Inglaterra, longe de sua família, como era de costume na época. Participou da Primeira Guerra Mundial, e foi condecorado por feitos heróicos. Experiência na qual referiu-se mais tarde como de caos e pavor, na qual as coisas são confusas e pouco claras e posteriormente, as pessoas tentam encontrar sentido ao reescrevê-las, onde na verdade não havia nenhum. Graduou-se em História Moderna em Oxford e, após um breve período como professor, ingressou no University College Hospital para estudar medicina. Ao se formar, optou pela psiquiatria e foi trabalhar na Clínica Tavistock. Iniciou sua análise pessoal com John Rickman. Durante a Segunda Guerra Mundial, foi muito ativo desenvolvendo tratamentos psicológicos de grupo para oficiais. Após a Guerra, continuou em sua formação psicanalítica e iniciou sua análise com Melanie Klein.

Foi membro proeminente da Sociedade Britânica de Psicanálise e suas obras mais importantes foram desenvolvidas na década de 50 e 60. Em 1968 foi morar em Los Angeles onde continuou a desenvolver suas idéias até retornar à Inglaterra em 1979, pouco antes de sua morte naquele ano (Anderson, 1994).

Pode-se inferir, desde o início da psicanálise com Freud, o quanto as interações precoces são fundamentais para a constituição do sujeito. Apesar de Freud tratar muitas vezes de processos que dão à impressão de ocorrerem numa dimensão intrapsíquica, em outros aspectos percebe-se o quanto para ele, o outro já ocupava lugar fundamental na constituição subjetiva. No tema das identificações primárias, Freud (1923, p. 42) admite que na fase oral primitiva, o investimento objetal e a identificação são indistinguíveis. Afirma que o processo em que um investimento objetal tem que ser abandonado, e assim se transforma em investimento narcísico, pois o objeto perdido aloja-se então dentro do ego, é um processo muito freqüente nas fases primitivas do desenvolvimento. Ou seja, o caráter do ego é constituído por este precipitado de investimentos objetais abandonados.

Bion investigou os processos elementares de formação dos pensamentos e de um aparelho para pensá-los, a partir dos mecanismos de identificação projetiva que se dá na relação mãe-bebê. O conceito de identificação projetiva foi desenvolvido por Melanie Klein e nomeado desta forma pela primeira vez em “Notas sobre alguns mecanismos esquizóides” (1946):

“Consiste na fantasia primitiva de expulsão de substâncias perigosas do *self* para dentro da mãe. Junto com os excrementos nocivos, expelidos com ódio, partes excindidas do ego são também projetadas na mãe ou, para dentro da mãe.” (M. Klein, 1946, p. 27).

Este mecanismo foi concebido como característico da posição esquizo-paranóide. Refere-se tanto a uma defesa frente à percepção prematura da diferenciação entre o eu e o outro e frente à

impossibilidade de reconhecer partes do próprio self, quanto a um processo normal de estabelecer uma comunicação com o objeto, mesmo que ainda numa dimensão de relação de objeto parcial. “A identificação projetiva se torna uma conceituação da criação da subjetividade através da dialética da interpenetração de subjetividades” (Ogden, 1996, p. 40).

A teoria bioniana sobre as origens do pensar articula o processo que se dá nas relações precoces entre a mãe e o bebê e que através da identificação projetiva, transforma as experiências sensoriais e emocionais gradativamente em elementos alfa, ou seja, possibilitando assim que estas se tornem mentalizadas. Bion postulou o conceito de função-alfa como uma função da personalidade que opera sobre as impressões sensoriais e as experiências emocionais, transformando-as em elementos alfa. No início da vida, esta função é exercida pela “capacidade da mãe de estar aberta às projeções-necessidades do bebê” (Grinberg e cols, 1973, p. 78), a capacidade de *reverie*. Através desta, ela nomeia e dá forma as vivências do bebê por meio da sua interpretação dos estados internos deste.

Bion parte da consideração de Freud sobre consciência, definida como um “órgão sensorial para a percepção de qualidades psíquicas” (1900, P. 603). A consciência depende da função alfa, pois é esta que torna o *self* capaz de estar consciente de si a partir da experiência de si. Para que ocorra o desenvolvimento de uma função alfa, Bion propõe ser necessário que se estabeleça entre mãe e bebê, um relacionamento no qual seja possível a identificação projetiva normal:

“Isto significa que o bebê possa despertar na mãe sentimentos dos quais deseja se livrar, tais como o temor de morte, por exemplo. Se o bebê sente que está morrendo, ele pode despertar na mãe o medo de que ele esteja morrendo. A mãe equilibrada consegue aceitar esse temor e agir terapeuticamente, isto é, de modo a fazer com que o bebê

sinta estar recebendo de volta a sua própria personalidade amedrontada, mas de uma forma tolerável – os temores passam a ser manejáveis pela personalidade do bebê.” (Bion, 1994, p. 132).

A capacidade de simbolização, de pensamentos oníricos, de estar consciente ou inconsciente, e de memória são fatores da função alfa. Assim, o conjunto dos traços mnêmicos é transformado, pelo sistema simbólico da mãe, em linguagem, e a gênese de toda a abstração consiste, também, em um fator da função alfa. Bion delineou a idéia de uma tela alfa na qual os elementos alfa podem combinar-se uns com os outros em um composto de elementos alfa interligados. Uma espécie de barreira de contato que separa o consciente do inconsciente, enquanto, ao mesmo tempo, permite algum tipo de contato entre os dois. Caper sugere uma semelhança entre esta barreira de contato e a idéia de Hanna Segal sobre a capacidade de formar símbolos: “Se a função simbólica estiver intacta, pode-se fazer um contato simbólico consciente com o próprio inconsciente, enquanto o inconsciente em si permanece inconsciente.” (Caper, 2002, p. 193).

As impressões sensoriais não-transformadas que, comumente são evacuadas através da identificação projetiva para a mente do analista, no contexto da clínica, são nomeadas de elementos beta. Caracterizam-se por sua condição concreta e, assim, mantêm as impressões sensoriais, da relação com as experiências emocionais, análogas as impressões sensoriais advindas da relação com os objetos concretos. Caper (2002) sugere duas diferenças principais entre elementos alfa e elementos beta:

“A primeira é que os elementos alfa são capazes de conduzir e de transmitir significado, enquanto os elementos beta, não. A segunda é que, enquanto os elementos alfa podem ser coesos ou se ligar uns aos outros, os elementos beta não podem ligar-se uns aos outros, nem a qualquer outra coisa” (p. 190)

Elementos beta são compreendidos como conteúdos mentais “impensáveis”, que não podem ser conectados entre si. Segundo Capier (Idem), a idéia de se “ter significado” e “poder ser pensado” para Bion, refere-se à possibilidade de fazer conexões. Neste referencial teórico, uma idéia só é significativa se puder ser conectada a outras idéias.

A partir de sua experiência clínica, Bion amplia o conceito kleiniano de identificação projetiva para além do seu sentido de defesa. A percepção de que os diferentes encontros interpessoais transmitem diferentes e intensos sentimentos nos interlocutores, o leva a enfatizar o aspecto comunicacional inerente à identificação projetiva. Em sua clínica, Bion percebe como muitas vezes, alguns pacientes necessitam que o analista suporte determinados estados emocionais, alocando nestes, partes não reconhecidas de seu próprio self. Neste momento, a função do analista se assemelha a função materna que ele nomeou como função de “reverie”. Ou seja, o analista irá conter e transformar as partes cindidas e projetadas pelo paciente para dentro dele (analista), tal como a mãe que pode conter as crises e excitações de seu bebê, metabolizá-las e transformá-las em experiências suportáveis. No momento apropriado, o analista oferecerá estes elementos, transformados em imagens ou palavras para a compreensão emocional do paciente.

A função analítica consiste, em grande parte, em tolerar as projeções dos estados mentais caóticos do paciente, para que estes possam ganhar forma e serem significados ora como medo, ora como tristeza, raiva e etc. Assim, a abordagem bioniana nos permite compreender o processo de introjeção de uma função de simbolização a partir da interação entre o bebê e quem exerça a função materna, ou entre analista e analisando quando se trata dos aspectos mais primitivos e não simbolizados dos pacientes. Antonio Imbasciati, em “Afeto e representação” (1998), resume uma

característica fundamental da teoria psicanalítica das relações de objeto:

“De acordo com a tendência atual de buscar na experiência relacional aquilo que a psicanálise clássica explicou em termos inatísticos, a aproximação afeto-cognição pretende operar a ligação e interpretar como se dá o início das funções mentais e o sucessivo desenvolvimento da mente na sua relação com o mundo e com as pessoas significativas que o constituem”.

Para Imbasciati, a obra de Bion pode ser considerada a pedra fundamental de uma possível convergência de diferentes psicologias, através da indicação que fornece de como os afetos constituem uma elaboração cognitiva do mundo externo enquanto desenvolvimento de um mundo interno. Este autor considera a possibilidade de que objetos internos constituam uma estrutura cognitiva. Utilizando conceitos kleinianos (mecanismos de projeção e introjeção) e bionianos (função continente-conteúdo desenvolvida pela *reverie* materna) afirma que:

“Os mecanismos com que os objetos internos se formam, são projetados, interagem e são reintrojados constituem um modelo descritivo dos processos que se desenvolvem no indivíduo para fornecer-lhe uma representação do mundo, mais ou menos adequada á realidade e não psicótica” (Imbasciati, 1998, p. 84).

Imbasciati questiona se é possível estabelecer correlações entre situações externas da experiência do recém-nascido e o estruturar-se de situações internas, e aponta para uma investigação a partir dos estudos da observação de bebês no sentido de responder a esta questão. Melanie Klein, H. Segal, D. W. Winnicott, F. Tustin e W. Bion investigaram o tema das relações primitivas de objeto pelo viés da experiência clínica com crianças e adultos, articulando os eixos sincrônicos e diacrônicos da experiência, o que provavelmente marcou uma diferença para aqueles autores que se dedicaram a pesquisas sobre o desenvolvimento normal. Apesar de identificarmos uma diferença

advinda destes posicionamentos clínicos, uma articulação entre estes pontos-de-vista parece enriquecer a compreensão dos modos de constituição subjetiva e da capacidade simbólica. Tal como afirmou Stern (1992): “o bebê clínico infunde vida subjetiva no bebê observado, enquanto o bebê observado aponta para as teorias gerais sobre as quais podemos construir a vida subjetiva inferida do bebê clínico”.

Os precursores sócio-afetivos do símbolo.

O processo de transformação das experiências sensoriais e emocionais primordiais em símbolos se originam nas relações iniciais entre mãe e bebê. A compreensão deste processo pode ser enriquecida e ampliada pelas contribuições de pesquisas na área da psicologia do desenvolvimento sobre as implicações destas interações na constituição do sujeito. Serão utilizados quatro conceitos centrais desta perspectiva como eixos teóricos, pois correspondem aos fenômenos privilegiados para a compreensão da emergência dos símbolos, na perspectiva do desenvolvimento sócio-afetivo: a noção de “intersubjetividade primária”, “inresubjetividade secundária” (Colwyn Trevarthen), o conceito de “sintonia afetiva” (Daniel Stern) e o conceito de “atenção compartilhada” (E. Bates).

As interações precoces são entendidas como a matriz constitutiva da subjetividade e a unidade elementar da vida psíquica. A idéia de que a aquisição dos símbolos é parte de um processo contínuo que se constrói a partir das relações intersubjetivas iniciais fundamenta pesquisas na área do desenvolvimento típico. A principal diferença entre esta rede conceitual e o referencial psicanalítico deve-se a abordagem da função do símbolo. A perspectiva psicanalítica destaca a concepção do símbolo como unidade psíquica que compõe a fantasia inconsciente, e assim, refere-se à função do símbolo na construção do mundo interno e no estabelecimento da relação com a realidade objetiva. Na concepção pragmática, o enfoque é dado ao uso do símbolo como forma de agir sobre o mundo e compartilhar experiências com outras pessoas. De acordo com o ponto de vista da presente pesquisa, estas duas redes conceituais podem ser

complementares e integrar uma visão ampla sobre o desenvolvimento da simbolização.

Melanie Klein (1930) compreende a ansiedade e a culpa como os agentes motores da formação dos símbolos, enfatizando assim, o papel dos impulsos e fantasias do bebê neste processo. No caso Dick, Klein remete o estado rudimentar de sua capacidade de simbolização e as dificuldades do menino em estabelecer relações de objeto ao “ambiente familiar escasso em afeto”. Sobre a história pessoal pregressa de Dick, relata as tentativas frustradas da mãe em amamentá-lo durante suas primeiras semanas de vida. Quando contava seis semanas de vida, foi-lhe apresentada uma ama de leite, e nova tentativa foi frustrada, passando então para alimentação artificial. Precocemente, Dick sofreu de problemas digestivos e Klein atribuiu estes contratempos em seu desenvolvimento inicial, a ausência de uma troca afetiva genuína com a mãe. Segundo Klein, nem o pai nem a babá lhe demonstravam grande afeição, dificultando a possibilidade de o menino estabelecer qualquer tipo de vínculo afetivo.

A constituição subjetiva, para Klein, é compreendida como ocorrendo a partir dos mecanismos de projeção e introjeção nas relações de objeto iniciais. A constituição dos objetos internos se dá inextricavelmente a partir da experiência com objetos externos, no entanto, o universo das pulsões está sempre conectado as experiências com o mundo externo. Não significa que os objetos internos correspondam a representações fiéis da relação com objetos externos, mas que esta construção se dá em mão dupla. De acordo com uma perspectiva sócio-afetiva, a aquisição de um funcionamento simbólico vincula-se não apenas a exposição em um contexto repleto de significados, mas necessariamente a prática participativa nas interações deste contexto. O referencial social trata, exclusivamente, de como se dá a constituição do simbolismo a partir das experiências sociais observáveis.

4.1.

Os bebês como seres “ultra-sociais”.

Numa perspectiva sócio-pragmática, o bebê é concebido como um ser social desde o nascimento, ou seja, está constitucionalmente equipado para entrar num diálogo recíproco com seus cuidadores. E assim, a experiência social precede qualquer possibilidade de experiência individual. Segundo Michael Tomasello, em “Origens culturais da aquisição do conhecimento humano” (2003), pesquisas da psicologia do desenvolvimento permitiram concluir que os bebês não são apenas seres sociais como outros primatas, mas seres “ultra-sociais” desde o nascimento. Dois comportamentos sociais específicos reforçam esta hipótese: a imitação neonatal e as protoconversações.

Segundo Tomasello, a observação naturalista e experimental de comportamentos de imitação neonatal permitiu verificar que bebês de seis semanas conseguiam modificar um de seus comportamentos naturais (protusões de língua) para torná-lo semelhante ao comportamento de um adulto. Inferiu-se então, que “estes comportamentos de imitação refletiriam uma tendência dos bebês não só de imitar movimentos conhecidos, mas de se identificar com co-específicos” (Tomasello, 2003, p. 82). Outro tipo de comportamento observável no bebê já nos primeiros dias de vida, que indicariam a presença de um equipamento inato para a interação social, são as protoconversas. Estas são interações sociais face-a-face que incluem olhar, tocar e vocalizar de maneira a expressar e compartilhar emoções básicas. Além de possuírem uma estrutura alternada, parece ser uma característica universal da interação adulto-criança na espécie humana. Estas observações da imitação neonatal e protoconversas apontam para o que seriam os precursores, no viés psicanalítico, do processo de identificação constitutivo do sujeito e, considerado em termos freudianos, como

“a mais remota expressão de um laço emocional com outra pessoa” (Freud, 1921).

Estes comportamentos de imitação e protoconversas são descritos por Meltzoff e Trevarthen como formas neonatais de inteligência representacional pré-simbólica, pois “sugerem que a imitação, por exemplo, pode ser mediada por uma representação de atos ausentes no momento atual” (Apud Beebe, 2003, p. 4). O núcleo da teoria de Meltzoff sobre as origens da intersubjetividade e da representação é que a criança percebe as correspondências entre o self e o outro desde o momento do nascimento. Para Trevarthen, a observação da imitação neonatal consiste na peça chave da evidência de que existe uma intersubjetividade inata (Apud Beebe, 2003).

O tema da intersubjetividade possui especificidades para cada um destes pesquisadores. Para Trevarthen, subjetividade significa “a habilidade de mostrar através de ações coordenadas que intenções estão sendo conscientemente reguladas” (2001, p. 5). A intersubjetividade significa, neste referencial, a capacidade de adaptar o controle subjetivo à subjetividade de outro. É vista como uma capacidade humana inata, uma forma primária de consciência em termos de uma perspectiva subjetiva organizadora a partir da qual a subjetividade possa emergir. Para Meltzoff e Trevarthen, haveria uma intersubjetividade primária desde o nascimento, expressa mediante comportamentos de imitação neonatal. Trevarthen (2001) estabelece que os seres humanos sejam equipados desde o nascimento com habilidades preparadas para uma simpática e cooperativa vida mental em uma sociedade criadora de significados culturais e que os transmita aos mais jovens.

Segundo a teoria da “intersubjetividade inata”, recém-nascidos usam todos os seus sentidos, alguns mais efetivamente que outros, para perceber as manifestações das motivações em movimento de um outro ser humano. Até mesmo um bebê prematuro pode se aproximado com suficiente gentileza, interagir por padrões

rítmicos de protoconversações com vocalizações, toques, e expressões da face ou das mãos, se apresentados por um adulto atento e afetuoso. Ao definir uma “intersubjetividade primária” e uma “intersubjetividade secundária”, Trevarthen enfatiza a distinção entre um campo simbólico e um campo pré-simbólico de intersubjetividade, com formas de intersubjetividade distintas em cada campo. Trevarthen conceitualiza níveis progressivos de intersubjetividade que, segundo Beebe, são definidos como:

“A “intersubjetividade primária” se refere à coordenação do self e do outro baseada em correspondências de forma, sincronia e intensidade. A “intersubjetividade secundária” inclui um objeto e se refere à intercoordenação do self, do outro e do objeto baseada no intercâmbio cooperativo de gestos referenciais. A “intersubjetividade secundária” se desenvolve aos nove meses e coincide com o início do funcionamento simbólico” (2003, p. 13).

Stern, apesar de também considerar a presença de um potencial inato para a interação social, conceitua como “intersubjetividade” apenas o momento em que começa a emergir uma inteligência simbólica nas relações triádicas, em torno dos nove meses de idade. Assim, Stern nomeia como intersubjetividade apenas o que Trevarthen trata como intersubjetividade secundária. Afirma que a concepção de um relacionar-se intersubjetivo é mais completa se considerar o potencial inato, os instrumentos adquiridos socialmente (estrutura de normas, formatos de ação e procedimentos de descoberta) e os significados interpessoais que são mutuamente criados (Stern, 1992). Também, para Tomasello essas primeiras interações não podem ser consideradas intersubjetivas já que a criança ainda não é capaz de perceber o outro como sujeito da experiência. No entanto, são profundamente sociais, pois incluem conteúdo emocional e estrutura alternada.

De acordo com Trevarthen (2001), o canal receptivo-expressivo de comunicação tem uma especial importância para a

criança, neste momento em que os desenvolvimentos do corpo e da mente são mais rápidos. Elaborar intuitivamente comportamentos de ambas as partes facilita a comunicação entre a criança e o adulto cuidador, e quando ocorre uma falha em um deles, a criança torna-se incapaz de beneficiar-se do cuidado e seu desenvolvimento psicológico será afetado. As motivações adaptativas da criança especificam necessidades que só podem ser compreendidas por uma pessoa que esteja pronta para responder intuitivamente com uma expressão realçada de sentimentos de imediato, oferecendo respostas de formas variadas e contingentes às expressões infantis. Esta idéia remete a concepção bioniana da importância da capacidade de *reverie* da mãe para o desenvolvimento de uma função simbólica no bebê, denominada como função alfa e discutida no capítulo anterior. Sendo assim, daremos continuidade à discussão sobre o processo de transformação das experiências sensoriais e afetivas para a complexa habilidade de simbolização, dentro de um contexto intersubjetivo, nos itens seguintes deste capítulo.

4.2.

A emergência do “senso de eu” na díade mãe-bebê:

Ao destacar a emergência do “senso de eu” na relação inicial mãe-bebê, objetiva-se identificar as experiências intersubjetivas elementares que precedem à formação de símbolos. Procura-se discutir como a criança aprende a formar e comunicar seus afetos através do diálogo com a mãe, permitindo assim a emergência de uma cognição a partir da constituição de proto-símbolos. Daniel Stern aborda as primeiras experiências da díade mãe-bebê, na fase denominada por Trevarthen como “intersubjetividade primária”, que antecede e cria as condições para o uso de símbolos.

Freud, em “Formulações sobre os dois princípios de funcionamento mental” (1911), afirmou que sempre que o bebê se depara com um estado de necessidade fisiológica, a satisfação da mesma é alucinada. No entanto, o recurso alucinatório logo se mostra ineficiente no sentido de alterar aquele estado que só será modificado a partir da percepção real de satisfação. Desta forma, considera um senso de realidade presente na experiência do bebê desde o início, a partir das experiências perceptivas. Segundo Freud, o reconhecimento de um exterior é proporcionado, de forma gradativa, pelas experiências de sofrimento e desprazer. Acrescenta que “a partir das sensações constantes de estimulação interna e da experiência com fontes externas que lhes escapam vez por outra, o ego é contrastado por um objeto, sob a forma de algo que existe exteriormente.” (1929, p. 76). Desse modo, o ego, após um momento de inclusão total, constrói as fronteiras de um mundo interno, separando de si mesmo, um mundo externo. Vêm-se as origens de uma relacionalidade e de um senso de eu e de outro que se desenvolve gradativamente nas experiências primitivas, neste fragmento do texto freudiano.

Pesquisas atuais descrevem de forma detalhada como se dá este processo de constituição subjetiva a partir de experiências intersubjetivas. Daniel Stern propõe que alguns sentidos de eu¹ existam muito antes da autoconsciência e da linguagem. De acordo com sua teoria “essa experiência subjetiva organizadora é a contraparte pré-verbal, existencial, do eu objetificável, auto-reflexivo, verbalizável” (Stern, 1992, pg. 4). Seus estudos enfocam os “sentos de eu” essenciais para as interações sociais cotidianas, tais como: senso de agência, senso de coesão física, senso de continuidade, senso de afetividade, senso de um eu subjetivo, senso

¹ O termo “senso” é usado no sentido de uma consciência simples (não auto-reflexiva) e corresponde ao nível da experiência direta, não do conceito. Por “de eu”, quer dizer “um padrão invariante de consciência que surge apenas no momento das ações ou processos mentais do bebê”, ou “uma forma de organização” (Stern, 1992, pg. 4).

de criar organização, senso de transmitir significado que estabelecem os fundamentos para a experiência subjetiva.

Stern concebe o desenvolvimento como caracterizado por “mudanças qualitativas” que se processam a partir das novas integrações que ocorrem em “saltos quânticos”. Entre esses períodos de mudanças rápidas ocorrem períodos de relativa tranqüilidade, quando as novas integrações parecem consolidar-se. O resultado é que o bebê parece ter um novo senso de quem ele é e de quem o outro é, assim como um diferente senso dos tipos de interação que agora podem ocorrer. Enfatiza que “embora esses domínios do relacionar-se resultem em mudanças qualitativas na experiência social, elas não são fases; mas são formas de experiência social que permanecem intactas por toda a vida” (Stern, 1992, pg. 6). Estas formas de experiência sócio-afetivas são denominadas, respectivamente, como: senso de um eu emergente, senso de um eu nuclear, senso de um eu subjetivo, senso de um eu verbal.

O senso de um eu emergente é a fase que vai do nascimento até os dois meses de idade e é considerada como uma fase pré-social, pré-cognitiva, pré-organizada. Segundo Stern, durante estes primeiros dois meses o bebê está ativamente formando o senso de um eu emergente, e que permanecerá ativo pelo resto da vida. A partir de um paradigma experimental de métodos de eliciar respostas nos bebês, alguns princípios gerais sobre a percepção, cognição e afeto dos bebês, nesta fase, puderam ser estabelecidos: os bebês são capazes de discriminar o cheiro do leite de suas próprias mães; estão especialmente interessados na voz humana, em preferência a outros sons de mesmo diapasão e sonoridade; preferem olhar para rostos em vez de outros variados padrões visuais. Estas três respostas referem-se a questões interpessoais e comprovam, assim, a responsividade precoce dos bebês ao seu mundo social. Conclusão esta, que está em sintonia com a teoria da

intersubjetividade inata proposta por C. Trevarthen, e discutida no sub-capítulo anterior.

Foi percebido também que os bebês buscam estimulação sensorial; possuem preferências distintas com relação às sensações que buscam e às percepções que formam e, isto é inato. Stern (1992) afirma que uma das tendências mentais centrais que os bebês logo apresentam é a tendência a organizar o mundo através da procura de invariantes, ou seja, há uma motivação intrínseca para ordenar o universo pessoal e esta corresponde a um imperativo da vida mental. O bebê expressa a sua capacidade em fazê-lo ao identificar os “invariantes” que gradualmente organizam a experiência sensorial e possibilitam a discriminação entre eu e outro. Esta idéia aponta para o que seria um dos precursores do simbolismo, se entendido em sua função de organizador da experiência sensorial e emocional. O bebê prontamente descobrirá quais aspectos de uma experiência são invariantes e quais são variantes, isto é, quais aspectos pertencem à experiência. Assim, Stern concluiu que os processos afetivos e cognitivos não podem ser separados e que a aprendizagem é motivada e carregada de afeto.

Para Stern, no período de “emergência do senso de eu”, grande quantidade da interação social acontece a serviço da regulação fisiológica, mas não exclusivamente. Ou seja, grande parte desta função de regulação é realizada através das mútuas trocas de comportamentos sociais. Desde o início, os pais atribuem intenções, motivos e autoria das ações a seus bebês. Neste ponto, encontra-se uma similaridade com a teoria das relações de objeto da escola britânica de psicanálise, já que segundo ele, “foram os únicos que admitiram um relacionamento social humano presente desde o nascimento, que existe por si próprio, que é de natureza definível e que não depende dos estados de necessidade fisiológica” (Stern, 1992).

Nestes primeiros dois meses, os bebês não são capazes de fazer um conceito integrador a respeito do eu. Eles vivenciam

experiências separadas, não relacionadas, que ainda precisam ser integradas em uma perspectiva abrangente. Esta conclusão fundamenta a hipótese de experiências de não-integração primordiais desenvolvida por psicanalistas, tais como M. Klein (1946) e Winnicott (1962), a partir da experiência clínica. O que nos remete ao processo de integração necessário ao desenvolvimento do ego, que segundo Melanie Klein, é fortalecido por experiências externas de gratificação:

“A meu ver é mais útil a ênfase dada por Winnicott à não-integração do ego arcaico. Eu diria também que falta, em grande medida, coesão ao ego arcaico e que uma tendência à integração se alterna com uma tendência à desintegração, a um despedaçamento” (Klein, 1946, p. 23).

A falta de relação entre estas experiências não é percebida. Quando as diversas experiências estão, de alguma forma, unidas o bebê experiencia a emergência de uma organização. O senso de um eu emergente refere-se ao processo e ao produto da organização em formação, diz respeito à aprendizagem das relações entre as experiências sensoriais do bebê. Esta integração do ego permitirá o início de diferenciação entre objetos externos e internos.

Segundo Stern, para a formação de um senso de eu e de outro emergentes, alguns processos inatos primordiais são necessários e estão envolvidos na tarefa de conectar experiências, tais como: a percepção amodal, a percepção fisionômica e os afetos de vitalidade. A percepção amodal consiste em:

“Realizar uma transferência modal cruzada de informação que lhe permite reconhecer uma correspondência através do toque e da visão, por exemplo. A união das experiências tátil e visual é realizada pela predisposição inata do sistema perceptual e não pela experiência de mundo repetida” (Stern, 1992, pg. 43).

De acordo com este referencial, a percepção amodal toma a informação recebida em uma modalidade sensorial e, a partir de

uma codificação em uma forma supramodal (ainda desconhecida), pode ser reconhecida em qualquer uma das outras modalidades sensoriais. Esta capacidade inata dos bebês contribuiria, assim, para a emergência de um senso de eu e de outro no sentido de que, ao conectar experiências sensoriais, estaria auxiliando na integração de partes deste eu e deste outro. Para exemplificar, cita a experiência com o seio materno: “O seio sugado, o seio sentido e o seio visto emergiriam como uma experiência já integrada de uma parte do outro, a partir da união não-aprendida das sensações táteis e visuais” (Idem). Ou seja, os bebês estão, assim, predispostos a formar certas integrações.

Imbasciati (1998, p. 141) supõe a capacidade de percepção amodal, desenvolvida por Stern, como fundamento do processo de abstração:

“Pode não ser considerada símbolo a unidade expressiva com que a criança comunica seus estados de ânimo, mas o processo interno de diferenciação de significados interiores, que está ligado aos significantes exteriores, veiculáveis por meios sensoriais, deveria constituir a essência da formação de símbolos” (Imbasciati, 1998, p. 141).

Conclui que a experiência da criança no diálogo com a mãe é a validação interpessoal da constituição das primeiras unidades de significado. Para Imbasciati, essas sucessivas diferenciações semânticas podem ser consideradas como proto-símbolos.

Outro recurso inato que o bebê poderia contar para lidar com a dimensão não-integrada da experiência neste início é a “percepção fisionômica”. Esta se refere ao mecanismo de percepção que surge da experiência com o rosto humano. Através deste, o bebê experimentaria de forma direta os “afetos categóricos” (feliz, triste, zangado e etc.) Estes afetos agiriam como o curso supra modal em que a estimulação em qualquer modalidade perceptiva pode ser traduzida.

A terceira qualidade da experiência que pode exercer a função de gerar uma unidade perceptual são os “afetos de vitalidade”. Stern define-os como “formas de sensação inextricavelmente envolvidas com todos os processos vitais tais como: surgindo, desaparecendo, explosivo, prolongado e etc.” (Ibidem). Estes afetos são característicos de *formas* de expressão tais como a dança e a música, ou seja, procuram exprimir uma maneira de sentir mais do que um conteúdo de sentimento. Segundo Stern, “o mundo social experienciado pelo bebê é primariamente um mundo de afetos de vitalidade” (Stern, 1992, pg. 50). Ou seja, é primariamente um mundo de qualidades abstraíveis de forma, número, nível de intensidade e etc. Um aspecto subjacente dos afetos de vitalidade é a noção de contornos de ativação. Esta noção consiste em que “uma variedade de experiências sensoriais diversas com contornos de ativação similares podem ser reunidas e experienciadas como correspondentes e, dessa forma, como criando organização” (Idem). Tais como quando o cuidador, com o intuito de acalmar o bebê, diz: “Calma, calma....”. Mas pode também, ou ao mesmo tempo, alisar suas costas com carícias que possuam o mesmo ritmo e os mesmos intervalos usados nas palavras. Ambas serão sentidas pelo bebê como contendo contornos de ativação similares e resultariam na mesma experiência de afeto de vitalidade.

São essas experiências subjetivas, de várias organizações em formação que Stern chama “um senso de eu emergente”. Desta forma, para Stern (1992):

“Esse mundo subjetivo global da organização emergente é e permanece o domínio fundamental da subjetividade humana. Ele opera fora da consciência como a *matriz experiencial* a partir da qual os pensamentos, formas percebidas, atos identificáveis e sentimentos verbalizados surgirão mais tarde. Finalmente, ele é o reservatório básico em que podemos mergulhar para todas as experiências criativas.”

A segunda forma de experiência social ocorre como o “senso de um eu nuclear”, desenvolve-se entre dois e seis meses de

idade e caracteriza-se por uma experiência de maior integração por parte do bebê. Para Stern, este período corresponderia ao período de vida mais exclusivamente social em que o bebê está completamente interessado nas interações face-a-face. Essas interações sociais envolvem prioritariamente a regulação do afeto e da excitação.

O senso de um eu nuclear se constitui a partir de quatro tipos de auto-experiências que vão se organizando progressivamente: *auto-agência*, ou seja, a autoria das ações; *auto-coerência*, a partir das experiências de ser um todo não fragmentado, físico, com fronteiras e um ponto de ação integrado; *auto-afetividade* ou experiências de qualidades internas padronizadas de afetos e; *auto-história* ou senso de continuidade do existir. Resume:

“Os bebês parecem abordar o relacionar-se interpessoal com uma perspectiva organizadora que faz sentir como se agora existisse um senso integrado deles próprios como corpos distintos e coerentes, com controle sobre suas próprias ações, posse de sua própria afetividade, um senso de continuidade e um senso das outras pessoas como interatuantes distintos e separados” (Stern, 1992, pg. 61).

Stern também relaciona a ausência significativa de qualquer uma dessas quatro auto-experiências à psicose, tal como Melanie Klein associou também à psicose, as ansiedades e os mecanismos de defesa característicos da posição esquizo-paranóide. Esta posição coincide com o período de constituição do senso de eu nuclear de Stern.

A experiência de auto-agência se caracterizaria pela presença de três auto-invariantes: o senso de volição, o feedback proprioceptivo e a possibilidade de predizer até certo ponto as conseqüências de um ato. O invariante da volição, segundo Stern, é o invariante mais fundamental da auto-experiência nuclear, pois se refere ao registro mental de um plano motor que permite a sensação de que as ações nos pertencem. Um nível de organização maior que o simples reflexo que comanda os movimentos musculares

voluntários. O *feedback* proprioceptivo “é uma realidade penetrante da auto-ação, seja esta iniciada pelo eu ou manipulada passivamente pelo outro” (Stern, 1992, p. 70). Seria a combinação entre as invariantes da volição e da propriocepção, que torna possível os precursores para a discriminação por parte do bebê de um eu nuclear, um outro nuclear e o eu-com-outro. Assim, também possui implicações para a diferenciação eu e outro, já que as ações do eu sobre o eu tem um esquema de reforço constante, e as ações do eu sobre os outros são mais variáveis em termos de recompensas.

A experiência de auto-coerência refere-se à sensação dos limites corporais, de ser “uma entidade física única”, e só é possível na presença de cinco invariantes: unidade de local, coerência de movimento, coerência de estrutura temporal, coerência de estrutura de intensidade e coerência de forma. A auto-afetividade trata do reconhecimento por parte do bebê de um conjunto de sensações que se relacionam a cada emoção separada. Ou seja, para cada experiência emocional ocorrem invariantes como:

“O feedback proprioceptivo de padrões particulares de fluxo motor para o rosto, respiração e aparato vocal, sensações internamente padronizadas de estimulação ou ativação e qualidades de sentimentos específicas para a emoção” (Stern, 1992, p. 78).

A noção de auto-história refere-se ao senso de “continuar sendo”, tal como descrito por Winnicott (1958). Para Stern, a memória é o ingrediente necessário para esta experiência de continuidade, na medida em que a memória é um processo para integrar os diversos aspectos de uma experiência vivida. O relacionar-se nuclear estabelece as distinções físicas e sensoriais do eu e do outro e é a condição necessária para o relacionar-se intersubjetivo, pois, apenas após a emergência de um senso de eu e de outro separados que se faz possível o senso de experiências de encontro, do ponto de vista do bebê.

4.3.

A sintonia do afeto, precursora privilegiada do símbolo:

Stern destaca que a interafetividade pode ser a primeira forma, mais difundida e mais fundamentalmente importante de compartilhar experiências subjetivas.

“A maioria das trocas protolinguísticas envolvendo intenções e objetos são, ao mesmo tempo, trocas afetivas. Cedo na vida, os afetos são tanto o meio primário como o assunto primário da comunicação entre mãe e bebê” (Stern, 1992).

Pesquisas demonstram que o compartilhar de estados afetivos surgem antes do compartilhar dos estados mentais que referenciam objetos fora da díade. Assim, a interafetividade tem papel preponderante na intersubjetividade primária e merecem destaque nos estudos sobre a constituição dos símbolos nas experiências intersubjetivas iniciais.

Stern aponta como as experiências afetivas entram no domínio intersubjetivo através do fenômeno da sintonia do afeto. Neste novo domínio, a mãe expande seu comportamento com relação à criança ao dar um passo além da simples imitação que predominava nas interações diádicas para a nova categoria comportamental: a sintonia do afeto. Como estes comportamentos não ocorrem isoladamente, mais estão enraizados em outros, alguns exemplos serão reproduzidos aqui para fins de esclarecimento:

1 – “Uma menina de dez meses realiza uma rotina divertida com a mãe e então olha para ela. A menina abre seu rosto (sua boca abre, seus olhos se arregalam, suas sobrancelhas se erguem) depois o fecha novamente, em uma série de mudanças cujo contorno pode ser representado por um arco suave. A mãe responde entoando “Sim”, com uma linha de inclinação que sobe e desce conforme o volume dos crescendos e decrescendos: “Sim”. O contorno prosódico da mãe equiparou-se ao contorno cinético-facial da criança”. (Stern, 1992, p. 125).

2 – “Um menino de nove meses está sentado na frente da mãe. Ele tem um chocalho em sua mão e o sacode para cima e para baixo com mostra de interesse e leve divertimento. Enquanto a mãe olha, ela começa a balançar a cabeça para cima e para baixo, mantendo a mesma batida dos movimentos de braço do filho” (Idem).

As sintonias afetivas caracterizam-se por apresentarem certo tipo de imitação, que não é uma reprodução fiel, mas é, frequentemente, modal-cruzada. Ou seja, a modalidade de expressão utilizada pela mãe é diferente da modalidade de expressão utilizada pelo bebê. E, finalmente, o que está sendo igualado não é o comportamento externo, mas o aspecto deste comportamento que reflete o estado afetivo de uma pessoa. Por isso, a sintonia afetiva é a maneira predominante para comungar estados internos, tal como a imitação é a maneira predominante para comungar formas externas.

A sintonia afetiva trata o estado subjetivo como referente, e o comportamento manifesto como uma das muitas manifestações possíveis ou expressões do referente. Sendo assim, mostra ser um importante precursor da capacidade de simbolizar. Segundo Stern, a existência de uma sintonia é à primeira vista, uma impressão clínica, tal como uma intuição. No entanto, identifica três aspectos gerais de um comportamento que poderiam ser igualados, sem haver uma imitação, e assim formar a base para uma sintonia: “intensidade, *timing* e forma”. Afirma que:

“Se imaginarmos uma progressão com o desenvolvimento da imitação para a analogia e metáfora e para os símbolos, este período do senso de eu subjetivo oferece a experiência com a analogia na forma de sintonias, um passo essencial para o uso de símbolos” (Stern, 1992, p. 142).

Imbasciati (1998, p. 142) acrescenta que o conceito de sintonização pode ser confrontado com o que foi descrito por Bion como *reverie* materna e o modelo de continente-contido no que se referem à função de transformação dos afetos primários em “objetos

pensáveis”, semantizados e, portanto, como a matriz dos processos simbólicos.

4.4.

A atenção compartilhada e a comunicação intencional:

O senso de um eu subjetivo ou do relacionar-se intersubjetivo de Stern, coincide em muitos aspectos com a teoria da “intersubjetividade secundária” desenvolvida por Trevarthen. Ambos se referem ao momento onde se inauguram as relações triádicas e, conseqüentemente, coincidem com a emergência do símbolo propriamente dito. Tal como afirma Hanna Segal, “o simbolismo é uma relação tríplice: o símbolo, o objeto que ele simboliza e a pessoa para quem o símbolo é símbolo do objeto” (1993, p. 52). Os eventos de “atenção compartilhada”, o surgimento da habilidade em compreender a intencionalidade do outro como igual a sua, e a emergência da comunicação intencional são características desta nova dimensão intersubjetiva: a “intersubjetividade secundária”.

A intersubjetividade secundária é definida como a possibilidade de um objeto ou um evento tornar-se o foco na interação entre o bebê e seu cuidador. E, mais ainda, a consciência sobre este evento ou objeto torna-se, também, o foco da interação (Stern, 1992, p. 112). Stern (1992), Trevarthen (2001), Tomasello (2003), Hobson (2004) e outros, adotam a noção funcional da “teoria de mentes separadas”. Ou seja, mais ou menos aos sete meses de idade, os bebês descobrem que outros podem manter um estado mental semelhante ao deles próprios. Somente, então, Stern admite o compartilhar da experiência subjetiva ou a intersubjetividade e a emergência do senso de eu subjetivo. Segundo Stern, esta mudança não ocorre independentemente dos processos anteriores. As experiências do senso de eu emergente e senso do eu nuclear consistem nos fundamentos para o senso de eu

subjetivo. É somente com o advento da intersubjetividade que algo semelhante à experiência psíquica subjetiva pode realmente ocorrer. Ou seja, “tanto a separação/individuação quanto novas formas de experienciar a união (estar com) emergem igualmente da mesma experiência de intersubjetividade” (Stern, 1992, p. 114). Colwyn Trevarthen denomina este evento como a entrada na “intersubjetividade secundária”, pois ocorre em seguida às interações pessoa-pessoa, nomeadas por ele como “intersubjetividade primária”. A partir de então, a experiência do bebê com outras pessoas é expandida, pois ele torna-se consciente da consciência de outras pessoas sobre objetos ou eventos.

Podem-se discriminar os comportamentos de atenção compartilhada como uma das evidências observáveis desta intersubjetividade secundária. Pesquisas mostram que bebês aos nove meses são capazes de desviar o olhar da mão que aponta e seguir a linha imaginária até o alvo. O que foi dominado, neste momento, é o procedimento para chegar ao foco de atenção de outra pessoa. Ou seja, ao interagir com a mãe, a criança através de gestos como apontar, seguir o olhar, vocalizar e etc., busca compartilhar a atenção da mesma sobre um evento ou objeto. A criança irá buscar ativamente compartilhar, também, a intenção com outras pessoas sobre os objetos e eventos que os rodeiam. O aumento dos sinais e as mudanças na forma de buscar a atenção do adulto por um objeto, indicam que há intencionalidade na ação da criança. Sendo assim, a ação se transforma em gesto, de acordo com Clark (1978). Ou seja, o gesto emerge quando a ação da criança não se dá apenas acidentalmente na direção de um objeto, por exemplo, mas quando existe a intenção comunicativa. Ou seja, ocorre para produzir um efeito no outro a respeito do objeto e, assim, tem um valor de comunicação intencional. As intenções também se tornam experiências compartilháveis.

Este momento do desenvolvimento foi amplamente discutido também por Michael Tomasello, em “Origens culturais

da aquisição do conhecimento humano” (2003). Neste trabalho, o autor apresenta uma teoria sobre as origens e conseqüências filogenéticas e ontogenéticas da existência desta “teoria da mente”. Afirma que, no âmbito cognitivo, a herança biológica dos homens é muito parecida com a dos outros primatas. Ambos vivem basicamente no mesmo mundo sensório-motor de objetos permanentes dispostos em um espaço representacional. Além disso, também representam cognitivamente relações categoriais e quantitativas entre objetos. Esta compreensão de categorias relacionais, segundo Tomasello, é um precursor potencial da capacidade cognitiva exclusivamente humana de compreender as relações intencionais que os seres animados mantêm com o mundo a sua volta.

A habilidade de compreender empaticamente a intencionalidade de co-específicos é identificada pelo autor como biologicamente herdada e, consiste na diferença fundamental entre seres humanos e outros primatas. Esta posição contrapõe-se às posições anteriormente citadas de Stern, Trevarthen e Bates, já que todos estes autores concebem um longo processo como precursor para o desenvolvimento desta habilidade. Porém, compartilham com Tomasello o uso funcional desta “teoria de mentes separadas”. Para este autor, apesar dos primatas possuírem intencionalidade e causalidade, eles não compreendem os outros como agentes intencionais, com estados mentais que podem ser afetados (Tomasello, 2003). Propõe que esta habilidade permite que ocorram dois processos fundamentais para a transmissão cultural humana:

“Os processos de sociogênese, por meio dos quais os indivíduos colaboram entre si para criar artefatos e práticas culturais; e os processos de aprendizagem cultural e internalização do uso e dos aspectos dos produtos criados pelos co-específicos” (Tomasello, 2003).

E, também, apenas na presença desta habilidade fundamental pode-se considerar que ocorra uma comunicação verdadeiramente intersubjetiva, ou seja, com os indivíduos identificando-se mutuamente e cientes de que ambos são sujeitos da ação.

E. Bates (1976), a partir do método de observação naturalística da díade cuidador-bebê, intervenções calculadas e, baseando-se em comportamentos externos e não-verbais, pretende pesquisar a capacidade de formular e executar a comunicação intencional em suas primeiras manifestações, inferindo-a dos gestos, contato ocular e vocalizações pré-linguísticas. Considera o surgimento da comunicação intencional como o primeiro de dois momentos cruciais que dividem a comunicação por símbolos no desenvolvimento. O segundo consiste na emergência dos símbolos propriamente ditos e a descoberta de que as coisas têm nomes. Esta autora considera o simbolizar como a capacidade que permite que algo fique no lugar de algum objeto ou proposição, ou seja, que tenha um valor referencial. E afirma que esta capacidade é construída pelas interações sociais a partir de uma passagem gradual das vocalizações até proposições com valor referencial.

Segundo Bates, uma comunicação, certamente, já ocorre desde o início. O bebê chora e movimenta-se, muitas vezes na direção de um objetivo, e o adulto interpreta o desejo da criança e vai ao seu encontro. No entanto, nos primeiros meses de vida, este comportamento, do ponto-de-vista da criança, é meramente uma reação a um estado interno particular. Em torno dos nove meses, este padrão tende a se modificar no sentido de adquirir uma intencionalidade. A comunicação intencional é definida, por esta autora, como:

“O comportamento sinalizador, no qual o emissor está consciente a priori do efeito que um sinal terá no receptor, e então, persiste neste comportamento até que o efeito tenha sido obtido ou o fracasso claramente indicado” (Bates, 1979, p.36).

Desta forma, as evidências comportamentais que nos permitem inferir a presença da intencionalidade e, de uma “teoria da mente” incluem: a alternância do contato ocular entre seu objetivo e o adulto, enquanto emite algum sinal; o sequenciar, aumentar e substituir sinais até que o objetivo seja obtido; a forma dos sinais individuais, que podem ser aumentados ou abreviados para alcançar o objetivo comunicativo. A partir daí, pode-se inferir que a criança reconhece a natureza convencional dos sinais através da estabilidade na forma destes sinais, regularidade do uso nas rotinas de comunicação, e a adoção de comportamentos arbitrários que só podem derivar da imitação em jogos sociais.

A comunicação intencional ou convencionada ainda não deve ser considerada comunicação simbólica. Somente após determinado período quando um repertório de convenções (vocais e gestuais) é expandido e torna-se estável, que um uso particular destas convenções pode ser nomeado de verdadeiramente simbólico. No início, os gestos e as vocalizações são usados somente como parte de procedimentos performativos. Num segundo momento, as vocalizações ocorrem em contextos mais restritos, no entanto ainda usadas como parte da atividade a que estão vinculadas, como nomear objetos, por exemplo. A fala adquire valor referencial apenas quando é usada para descrever objetos ou eventos em diversos contextos, e então, a palavra é destacada do contexto pela criança e adquire enorme flexibilidade.

Para Bates, quando uma convenção é usada “para evocar, reconhecer, ou ficar no lugar de um referente foi feito um uso convencional como uma ação verdadeiramente simbólica” (Bates 1979, p. 39). Esta definição feita por Bates, remete a diferenciação entre equações simbólicas e símbolos verdadeiros, desenvolvida por Hanna Segal. Segundo Segal, “no simbolismo verdadeiro, o símbolo representa o objeto, mas não é inteiramente equacionado a ele”. (1993, p. 49). O aspecto principal é que o verdadeiro símbolo só pode ser inferido quando a criança é capaz

de realizar que o veículo pode ser substituído por seu referente em certas circunstâncias e, ao mesmo tempo, realizar que não é a mesma coisa que o referente.

O uso efetivo de símbolos é definido por Stern em três categorias: a visão objetiva do eu, a capacidade para o brinquedo simbólico e o uso da linguagem. A partir do conceito de “imitação adiada”¹ de Piaget, Stern estabelece algumas capacidades necessárias para que o bebê possa negociar o significado compartilhado com outra pessoa a respeito do conhecimento pessoal:

“Deve ser capaz de criar uma representação mental daquilo que vira outra pessoa fazer; deve ter a capacidade física para realizar a ação; deve ter uma boa memória de lembrança ou evocativa a partir de um mínimo de sugestão externa; precisa ter duas versões da realidade: a representação do ato original executado por outro e sua própria execução; e finalmente, deve representar-se como semelhante ao modelo (Idem, p. 146)”.

Assim, essas três conseqüências deste processo; o eu objetificável, o brinquedo simbólico e a fala, combinam-se alterando o senso de eu subjetivo, para o senso de eu verbal.

A partir destas capacidades, o bebê torna o eu uma entidade objetiva que pode ser vista de fora. A evidência de que o eu tornou-se uma entidade objetivamente percebida é dada, a partir do relato de experimentos feitos com bebês de dezoito meses frente ao espelho. Estes mostraram que ao borrar de ruge uma das faces de bebês de menos de dezoito meses, estes ao olharem-se no espelho, apontam para o mesmo e demonstram, assim, não perceberem que se trata de seu próprio reflexo. Já bebês com dezoito meses, ao deparar-se com sua imagem refletida no espelho, imediatamente, tocam o ruge no próprio rosto. Há então uma consciência de um eu objetificável, ou seja, que pode ser visto como objeto de pensamento e não apenas subjetivamente sentido.

¹ O conceito piagetiano de “imitação adiada” consiste na imitação de um evento na ausência do modelo, o que pressupõe um nível de representação mental. (Piaget, 1971).

O brinquedo simbólico representa o exercício das capacidades para objetificar o eu e para pensar ou imaginar sua vida interpessoal através da coordenação de esquemas mentais e de ação. Assim, os bebês a partir do brinquedo, transcendem a experiência imediata e podem compartilhar experiências do mundo interpessoal bem como operar nele a partir de um espaço que fica entre a imaginação e a realidade.

No momento em que a fala entra em cena, o bebê já adquiriu conhecimento do mundo, funcionamento das coisas inanimadas e de seu próprio corpo, e também, de como as interações sociais funcionam. Ou seja, um rico conhecimento já foi acumulado e poderá encontrar expressão, pelo menos em parte, através das palavras. Esta nova descoberta irá alterar o senso de eu, proporcionando o encontro no domínio do relacionar-se verbal. Para Stern, a fala terá a função de criar a sensação de pertencimento ao mundo de significados compartilhados, criando novas maneiras de “estar-com” através dos símbolos verbais. Identifica a palavra ao conceito winnicottiano de fenômeno transicional, no sentido que esta não pertence ao eu nem ao outro. Ou seja, a palavra é de alguma maneira criada pelo bebê na medida em que já existe um pensamento esperando ser nomeado e, neste momento, algo é oferecido pela mãe. A palavra ocupa uma posição intermediária entre a subjetividade do bebê e a objetividade da mãe.

A aquisição da fala ao mesmo tempo em que está a serviço da condição de estar junto, ao compartilhar significados mutuamente criados, possui também um efeito alienante, segundo Stern. Os domínios do relacionar-se nuclear e intersubjetivo continuam presentes na experiência interpessoal, no entanto, apenas parte destes domínios pode ser transformada a partir de uma versão verbalizada destas experiências. Uma outra parte se mantém como experiência não-verbal, e muitos relacionamentos diferentes podem existir entre a experiência global não-verbal e aquela parte

que foi transformada em palavras. Assim uma descontinuidade na experiência é introduzida. A experiência não verbal global é constituída por um conglomerado de sentimentos, sensação, percepção e cognição. Stern afirma que:

“Tais experiências simplesmente continuam secretas, não verbalizadas, levando uma existência mal-nomeada (e apenas nesta extensão, desconhecida), mas não obstante muito real. Esforços incomuns como a psicanálise, a poesia ou a ficção podem reivindicar parte deste território para a linguagem, mas não no sentido lingüístico usual. E é isso que dá tal poder a esses processos” (Stern, 1992, p. 156).

O eu é inevitavelmente dividido pela linguagem entre uma vida conforme experienciada e conforme narrada, ou seja, esta teoria de Stern supõe duas dimensões da experiência: a dimensão experienciada e a dimensão verbalizada. A linguagem ao especificar uma modalidade sensorial em uso, fratura a experiência global amodal. Para Stern, a fala é funcional para lidar com a informação categórica (afetos categóricos: alegre, triste, surpreso), mas está em desvantagem para expressar a informação gradiente, que diz respeito aos afetos de vitalidade, inerentes as comunicações interpessoais. No entanto, com a emergência da linguagem e do pensamento simbólico, as crianças passam a ter os instrumentos para distorcer e transcender a realidade, e, principalmente, de construir uma narrativa sobre as experiências vividas.

Conclusão:

O processo de pesquisa bibliográfica sobre os precursores do simbolismo remeteu-me a um horizonte de novos questionamentos. A teoria filosófica de Ernst Cassirer caracteriza o símbolo como o elemento fundamental para o exercício do pensamento e para todo progresso da cultura humana. Identifica-se alguns conceitos da obra freudiana como estreitamente ligados à noção ampla de simbolismo desenvolvida por Cassirer. Os conceitos de representação de coisa e representação de palavra, representante pulsional, traços mnêmicos e a ampliação posterior do conceito de fantasia inconsciente sugerem uma função primordial do funcionamento psíquico: a transformação das experiências emocionais e sensoriais em símbolos.

O funcionamento psíquico que emerge das experiências corporais e de um mundo sensorial foi foco de estudo de alguns autores pós-freudianos. Melanie Klein interessou-se pelos aspectos primitivos da vida psíquica. Segundo ela, a experiência humana no início regida pela “lei das selvas” deverá percorrer um caminho até que atinja uma “lei da cultura”. Alguns fatores serão motores deste psiquismo primitivo, tal como as frustrações fisiológicas e a ansiedade que impulsionam o bebê no sentido de uma busca de substitutos para o objeto original e de uma exploração do mundo a sua volta. O simbolismo se constitui a partir das identificações primárias que a criança faz entre os órgãos de seu corpo e seu funcionamento com os objetos à sua volta e, assim, com base no erotismo corporal há um investimento libidinal em direção ao mundo e seus objetos.

No decorrer deste processo, distinções entre realidade externa e realidade interna, e entre *self* e objeto deve ter ocorrido, permitindo a estruturação de fronteiras psíquicas. “A instalação da

“lei da cultura” coincide com o momento de reconhecimento do objeto como outro sujeito desejante, autônomo e semelhante, a base da sociedade humana” (Cintra e Figueiredo, 2004). Este é um processo que se dá no contexto intersubjetivo no qual o afeto possui papel fundamental. Apenas na presença de um interlocutor atento, interessado e sintonizado emocionalmente, o bebê pode estabelecer um vínculo baseado no afeto, que servirá como ponte para a descoberta de um mundo de significados compartilhados. Teorias da psicologia do desenvolvimento discutem a gênese dos símbolos e a constituição subjetiva em um contexto intersubjetivo. Sugerem a existência de processos ativos por parte dos bebês no sentido de buscar um engajamento sócio-afetivo com seus cuidadores, a partir da observação de comportamentos de imitação neonatal e protoconversas. Uma relação de engajamento afetivo, onde o bebê possa alocar suas angústias no cuidador capaz de tolerá-las, metabolizá-las e devolvê-las transformadas e significadas, permite a entrada dos símbolos na experiência com a realidade externa e com a sua própria realidade interna. A simbolização torna-se, então, a capacidade que permite ao sujeito usar a experiência para aprender sobre si e sobre o mundo, e compartilhá-las com outros.

A habilidade narrativa, produto da capacidade de simbolização exerce a função de restauração do mundo interno e pode ser portadora de um potencial transformador. E, em muitos casos, é a própria finalidade de uma análise. Em “Estudos sobre a Histeria”, Freud indicou a atividade narrativa como meio de escoamento e alívio para o sofrimento psíquico.

“Uma das coisas mais integradoras e, portanto, de maior sustentação que podemos oferecer ao paciente é o poder dos símbolos verbais para conter e organizar pensamentos, sentimentos e sensações (...) Isto é, os símbolos ajudam a criar-nos como sujeitos” (Thomas Ogden, 1996, p.).

O estudo sobre a gênese do símbolo permite uma maior compreensão do enlace entre as dimensões verbais e não-verbais que permanecem vivas e atuantes na experiência clínica. As experiências sensoriais e emocionais primordiais, impossibilitadas de se desenvolverem, ficam congeladas no corpo e nas ações, sem a transição para o campo psíquico e permanecem como “memórias em sensações”, segundo Melanie Klein. A transformação destas experiências em símbolos representa a possibilidade de transição, de escoamento e expressão. A terapia psicanalítica se apresenta como oportunidade privilegiada para a reatualização das experiências iniciais e para a restauração da capacidade de formação de símbolos.

Sendo assim, este tema contribui também para uma discussão no âmbito da técnica psicanalítica. Entende-se que as relações de objeto iniciais configuram a matriz experiencial do sujeito e, portanto, permanecem vivas e atemporais, sendo reeditadas no campo transferencial. A partir da perspectiva kleiniana de posições, compreendemos que estas correspondem, não apenas a estágios do desenvolvimento cronológico, mas a dimensões da experiência que se mantêm em relação dialética entre si. A posição autística-contígua corresponde à dimensão pré-simbólica da experiência onde predominam as sensações; a posição esquizo-paranóide como a dimensão em que predominam as equações simbólicas e uma precária discriminação entre o eu e o outro; e a posição depressiva, forma de organizar a experiência com maior intermediação simbólica. O tema da técnica psicanalítica, pelo viés da compreensão da matriz experiencial a partir das formas simbólicas que surgem na intersubjetividade entre analista e analisando, poderia ser um futuro campo de estudo.

Alguns conceitos poderiam ser explorados futuramente como um campo fértil para discussões interdisciplinares, tal como o conceito de representação em Freud e sua evolução em autores pós-freudianos, como André Green e Antonio Imbasciati. Os símbolos

compreendidos como matéria prima para as sublimações apontam para o tema da criatividade e realizações artísticas. A arte corresponde a uma das principais formas simbólicas construídas pelo homem para compreender a si mesmo e o universo. O teatro, uma das formas simbólicas de expressão, comunicação e compartilhamento das experiências emocionais, configura-se como tema de grande interesse para uma pesquisa futura.

Referências:

- ANDERSON, R. Introdução. In: _____.(Org.). *Conferências clínicas sobre Klein e Bion*. Rio de Janeiro: Imago, 1994. p. 15-26.
- BATES, Elizabeth. *Language and Context. The acquisition of pragmatics*. N.Y.:Academic Press, 1976.
- _____. *The emergence of symbols. Cognition and communication in infancy*. N.Y.:Academic Press, 1979.
- BEEBE, Beatrice. Una comparacion entre Meltzoff, Trevarthen y Stern. *Psychoanalytic Dialogues*, vol. 13, n. 6, p. 777-804, 2003.
- BICK, Esther. A experiência da pele em relações de objeto arcaicas. In: Spillius, Elizabeth B. (Ed.). *Desenvolvimento da teoria e da técnica*. Rio de Janeiro: Imago, 1991. v. I. p. 194-198.
- BRUNER, Jerome. *Atos de significação*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.
- BION, Wilfred Rupert. *Estudos psicanalíticos revisados*. Tradução de Wellington M. de Melo Dantas. 3 ed. revisada – Rio de Janeiro: Imago, 1994. Título orig. *Second thoughts*.
- CAPER, Robert. *Tendo mente própria*. Coordenador da edição brasileira, Elias Mallet da Rocha Barros; tradução de Haroldo Pedreira e outros. Rio de Janeiro: Imago, 2002.
- CASSIRER, Ernst. *Ensaio sobre o homem. Introdução a uma filosofia da cultura humana*. Trad. Tomás Rosa Bueno. São Paulo: Martins Fontes, 1994.
- CINTRA, Elisa Maria de Ulhoa; FIGUEIREDO, Luis Cláudio. *Melanie Klein: Estilo e pensamento*. São Paulo: Escuta, 2004.
- CLARK, Roger. The transiction from action to gesture. In: A. Lock. (Org.). *Action, gesture and symbol: The emergence of language*. London: Academic Press, 1978.
- FERENCZI, Sandor. Ontogênese dos símbolos. In: _____. *Psicanálise III*. São Paulo; Martins Fontes, 1992. p. 105-108 (Obras Completas).

FREUD, Sigmund (1914). *A história do movimento psicanalítico*. Rio de Janeiro: Imago, 1996. (Edição Standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, XIV).

_____ (1900-1901). *A interpretação dos sonhos*. Rio de Janeiro: Imago, 1996. (Edição Standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, V).

_____ (1893). *Estudos sobre a histeria*. Rio de Janeiro: Imago, 1996. (Edição Standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, XVI).

_____ (1908). *Fantasia histérica e sua relação com a bissexualidade*. Rio de Janeiro: Imago, 1996. (Edição Standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, IX).

_____ (1911). *Formulações sobre os dois princípios de funcionamento mental*. Rio de Janeiro: Imago, 1996. (Edição Standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, XII).

_____ (1923). *O Ego e o Id*. Rio de Janeiro: Imago, 1996. (Edição Standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, XIX).

_____ (1915). *O inconsciente*. Rio de Janeiro: Imago, 1996. (Edição Standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, XIV).

_____ (1929). *O mal-estar na civilização*. Rio de Janeiro: Imago, 1996. (Edição Standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, XIV).

GRINBERG, L.; SOR, D.; BIANCHEDI, E. *Introdução às idéias de Bion*. Trad. de Themira de Oliveira Brito. Rio de Janeiro: Imago, 1973.

HOBSON, Peter. *The cradle of thought. Exploring the origins of thinking*. Londres: Oxford University Press, 2004.

IMBASCIATI, Antonio. *Afeto e representação: para uma psicanálise dos processos cognitivos*. São Paulo: Ed. 34, 1998.

JONES, Ernest. *The theory of symbolism*. In: *Papers on psychoanalysis*, 1916.

KLEIN, Melanie (1930). A importância da formação de símbolos no desenvolvimento do ego. In: _____. *Amor, culpa e reparação*. Rio de Janeiro: Imago, 1996. p. 249-264.

_____ (1952). As origens da transferência. In: _____. *Inveja e gratidão*. Rio de Janeiro: Imago, 1991. p. 70-79.

_____ (1946). Notas sobre alguns mecanismos esquizóides. In: _____. *Inveja e gratidão*. Rio de Janeiro: Imago, 1991. p. 17-43.

_____ (1959). Nosso mundo adulto e suas raízes na infância. In: _____. *Inveja e gratidão*. Rio de Janeiro: Imago, 1991. p. 280-297.

LANGER, Susanne. *Filosofia em nova chave*. São Paulo: Perspectiva.

LAPLANCHE, Jean; PONTALIS, J.-B. Simbolismo. In: _____. *Vocabulário da psicanálise*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001. p. 481-485.

OGDEN, Thomas. *Os sujeitos da psicanálise*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1996.

RODRIGUÉ, Emilio. La naturaleza y función de los símbolos. In: *El contexto del proceso analítico*. Buenos Aires: Paidós, 1966.

SEGAL, Hanna. Notas sobre a formação de símbolos. In: Spillius, Elizabeth B. (Ed.). *Desenvolvimento da teoria e da técnica*. Rio de Janeiro: Imago, 1991. v. 1. p. 167-184.

STERN, Daniel. *O mundo interpessoal do bebê: uma visão a partir da psicanálise e da psicologia do desenvolvimento*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.

TOMASELLO, M. *Origens culturais da aquisição do conhecimento humano*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

TREVARTHEN, Colwyn. Infant Intersubjectivity: Research, theory, and clinical applications. *J. Child Psychol. Psychiatry*, vol. 42, n. 1, p. 3-48, Cambridge University Press, 2001.

TUSTIN, Frances. O desenvolvimento do “Eu”. In: _____. *Barreiras autistas em pacientes neuróticos*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990. p. 174-190.

_____. Objetos autistas. In: _____. *Barreiras autistas em pacientes neuróticos*. Porto Alegre: Artes médicas, 1990. p. 85-97.

WINNICOTT, D. W. (1951). Objetos e fenômenos transicionais. In: _____. *O brincar e a realidade*. Rio de Janeiro: Imago. 1975.

_____. O destino do objeto transicional. In: _____. *Explorações psicanalíticas*. Rio de Janeiro: Imago, 2000. p. 44-48.